



Plano Anual de Auditoria SAUDI 2025

Secretaria de Auditoria Interna

NOVEMBRO / 2024



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO

SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA

MISSÃO

Promover o aperfeiçoamento da gestão dos recursos públicos e da governança institucional, contribuindo para o alcance dos objetivos estratégicos do TRT7.

VISÃO

Tornar-se referência na Justiça do Trabalho em qualidade de auditoria e em fomento de práticas de governança.

VALORES

Comprometimento profissional;

Competência técnica;

Transparência;

Ética;

Imparcialidade;

Independência;

Respeito ao interesse público;

Credibilidade;

Impessoalidade;

Legalidade;

Objetividade;

Qualidade.

Equipe Técnica da Secretaria de Auditoria Interna em 2024:

GABINETE DA SECRETARIA

Rodrigo Ribeiro Cavalcante (Secretário)

Sonildes Dantas de Lacerda (Assessora)

Ângela Maria Freitas Morais Amorim

SEÇÃO DE AUDITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS, BENEFÍCIOS E ORÇAMENTO

Maura Cristina Brasil Correia Marinho (Coordenadora)

Thais Evangelista Fernandes Brito (Apoio Técnico)

Eduardo Wolff Rodrigues

Robio Araújo da Frota

SEÇÃO DE AUDITORIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E PATRIMONIAL

Rossini de Sousa Maciel (Coordenador)

Anísio de Sousa Meneses Filho

SEÇÃO DE AUDITORIA DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Airton Oliveira Victor Filho (Coordenador)

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	4
2. ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DA SAUDI.....	7
3. METODOLOGIA DE PLANEJAMENTO.....	9
4. DEFINIÇÃO DAS ATIVIDADES.....	28
5. INDICADORES DE DESEMPENHO.....	29
6. DA APROVAÇÃO E DIVULGAÇÃO.....	32
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	33
ANEXO I.....	35
ANEXO II.....	45
ANEXO III.....	50
ANEXO IV.....	54
ANEXO V.....	59
ANEXO VI.....	64
ANEXO VII.....	72
ANEXO VIII.....	112
ANEXO IX.....	117
ANEXO X.....	122
ANEXO XI.....	127

1. INTRODUÇÃO

O Plano Anual de Auditoria (PAA), Proad 6521/2024, é um documento extremamente importante, previsto em vários tópicos da Resolução n° 309/2020 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), pois se constitui em um planejamento de auditorias (art. 31¹, Res. 309/2020-CNJ) que serão realizadas no exercício seguinte, no caso no ano de 2025.

Para tal planejamento, ainda de acordo com a reportada resolução, no “processo de elaboração dos planos de auditoria, a unidade de auditoria interna deve considerar os objetivos estratégicos da organização, bem como a análise de riscos realizada pelas unidades auditadas”², tendo sido adotado, para as escolhas das atividades de auditoria, inclusive consultoria, toda uma metodologia indicada pelo CNJ, consoante documentos contidos no ANEXO, em que se destacam audiências realizadas com unidades estratégicas deste Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região (TRT7), a fim de se definirem as diretrizes de atuação.

Além da regra contida no art. 34 da aludida resolução, também se levaram em conta os indicadores ou regramentos contidos nos incisos do art. 37³, no que foi possível e no que constou dos

¹ Art. 31. O planejamento das auditorias será composto pelas fases de elaboração do Plano de Auditoria de Longo Prazo - PALP, do Plano Anual de Auditoria- PAA e do planejamento dos trabalhos de cada auditoria.

² Art. 34, Res. n° 309/2020-CNJ.

³ Art. 37. Para a elaboração do PAA, a unidade de auditoria interna deverá considerar:
I - metas e objetivos traçados nos instrumentos de planejamento orçamentário, financeiro e estratégico;
II - áreas ou temas de auditoria abordados no PALP;
III - planos, programas e políticas gerenciados ou executados por meio do tribunal ou conselho;
IV - observância da legislação aplicável ao tribunal ou conselho;

questionários relativos às audiências direcionadas às demais unidades estratégicas do TRT7. Quanto a eventual auditoria coordenada, partida do CNJ, ao que tudo indica, conforme indicado nas conclusões deste PAA, aludida coordenada não atingirá a Justiça do Trabalho, em razão do escopo escolhido pelo CNJ⁴.

Somado às prescrições reportadas, ainda se levaram em conta os requisitos indicados nos incisos do art. 38, notadamente: (i) forma simples, clara e objetiva da metodologia e do cronograma de desenvolvimento dos trabalhos de auditoria, bem como os principais resultados esperados com a execução do plano; (ii) evidência das áreas de exame e análise prioritárias, estimando o tempo, os recursos humanos e as capacitações necessárias à execução dos trabalhos, com o fito de demonstrar ao tribunal ou conselho quais as metas da equipe de auditoria e quais benefícios surgirão a partir da execução dos trabalhos; (iii) em anexo, descrição sumária de cada auditoria com indicação dos riscos, da relevância, do objetivo, dos resultados esperados, do escopo e do dimensionamento da equipe e, (iv) previsão para

V - resultados dos últimos trabalhos de auditoria realizados;

VI - determinações, recomendações ou diligências pendentes, expedidas pelas Corregedorias, nacional ou estadual, órgão de controle externo e unidade de auditoria interna do tribunal ou conselho; e

VII - diretrizes do CNJ no que tange às Ações Coordenadas de Auditoria.

Parágrafo único. As diretrizes de que trata o inciso VII serão aprovadas até o dia 30 de outubro de cada ano, evidenciando áreas prioritárias a serem auditadas pelos tribunais ou conselhos.

⁴ No Ofício-circular nº 34/2024, recebido em 25-11-2024, via e-mail, foi informado aos tribunais que a auditoria coordenada, para 2025, dirá respeito a "Gestão e Destinação de Valores e Bens oriundos de prestações pecuniárias, da pena de multa, perda de bens e valores..

realização de consultorias de modo a não prejudicar as ações de auditorias previstas.

Ainda importante mencionar terem sido consideradas, para a elaboração desse plano, as regras contidas na Resolução n° 282, de 26 de fevereiro de 2021, emitida pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), por meio da qual foi aprovado o "Estatuto de Auditoria Interna da Justiça do Trabalho e o Código de Ética das Unidades de Auditoria Interna da Justiça do Trabalho."

Assim, o PAA-2025 objetiva delinear os trabalhos que serão realizados pela Secretaria de Auditoria Interna (SAUDI) no exercício de 2025, sendo, antes, submetida a programação ao conhecimento da Alta Administração, a fim de que, uma vez aprovado, seja feita a devida divulgação, para todo o Tribunal, do documento, o qual deverá atender às exigências da Resolução CNJ n. 309, de 11 de março de 2020, seção IV, que define as diretrizes técnicas relativas ao planejamento das auditorias.

Importante ser dito, ainda nessa fase de apresentação, que o Instituto dos Auditores Internos do Brasil (The Institute of Internal Auditors - IIA) recomenda que o dirigente da Auditoria Interna estabeleça planos baseados em riscos e consistentes com os objetivos da organização, aspecto esse - como dito acima - já contemplado no art. 34 da resolução do CNJ. Cumpre registrar que a aderência das unidades de Auditoria Interna às Normas Internacionais para a Prática Profissional de Auditoria Interna do IIA, conhecidas como IPPF (International Professional

Practices Framework), já foi amplamente recomendada pelo Tribunal de Contas da União (TCU), como por exemplo no Acórdão nº 1745/2020 - Plenário, no qual foi analisada a função da Auditoria Interna no Poder Judiciário. A metodologia indicada para a avaliação dessa aderência é o Modelo de Capacidade de Auditoria Interna (Internal Audit Capability Model - IA-CM). Esclarece-se que, para fins de alinhamento ao IA-CM, o presente documento corresponde ao "Plano Operacional".

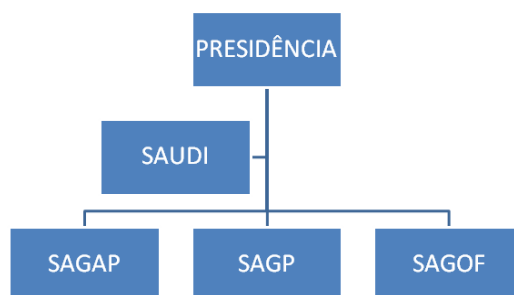
Referido plano operacional elenca o rol de iniciativas das atividades de auditoria interna (auditorias, auditorias nas contas anuais, análises mandatórias, monitoramentos e consultorias em auditoria) e das ações de gestão para alcançar as metas estabelecidas nos indicadores de desempenho da unidade.

Assim, o PAA encontra-se desenvolvido em tópicos, ao final constando anexos, importantes e caracterizados de que a SAUDI passou a desenvolver auditorias baseada em riscos, na forma indicada pelo CNJ.

2. ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DA SAUDI

A Secretaria é chefiada pelo exercente do cargo em comissão de nível CJ-3 (Secretário) e possui, em sua estrutura, uma função comissionada de nível FC-5 (assessoria do gabinete), três funções comissionadas de nível FC-4 (coordenadores de serviço) e uma função comissionada de nível FC-3 (assessoria técnica na área de gestão de pessoas). A unidade está estruturada com as seguintes seções:

- **Seção de Auditoria de Gestão Administrativa e Patrimonial (SAGAP):** tem a função de planejar e propor as ações de avaliação e consultoria nas áreas e processos relacionados à governança e gestão administrativa e patrimonial do Tribunal, bem como supervisionar a execução das auditorias programadas e especiais.
- **Seção de Auditoria de Gestão de Pessoas (SAGP):** tem a função de planejar e propor as ações de avaliação e consultoria nas áreas e processos relacionados à governança e gestão de pessoas no Tribunal, bem como supervisionar a execução das auditorias programadas e especiais.
- **Seção de Auditoria de Gestão Orçamentária e Financeira (SAGOF):** tem a função de planejar e propor as ações de avaliação e consultoria nas áreas e processos relacionados à governança e gestão orçamentária e financeira, bem como supervisionar a execução das auditorias de contas anuais, as programadas e as especiais.



Organograma da SAUDI

As três seções executam a atividade-fim da SAUDI e desempenham as ações de avaliação e consultoria planejadas,

dentro de suas áreas de atuação. Ao final de cada trabalho, é elaborado um relatório, no qual a equipe de auditoria declara suas conclusões e propõe ao secretário o envio de recomendações às áreas auditadas, caso seja oportuno.

Antes, no entanto, elabora-se relatório preliminar, para situações específicas, em que é a unidade auditora ouvida quanto às constatações.

Em seguida, como dito, é elaborado o relatório de auditoria, como recomendações - em sendo o caso - para submissão ao secretário de auditoria.

Aludido relatório, uma vez chancelado pelo secretário, é encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente, a quem compete avaliar as constatações/achados e proceder às determinações que entender cabíveis de resoluções ou aprimoramentos.

3. METODOLOGIA DE PLANEJAMENTO

O planejamento estratégico da SAUDI é elaborado e executado tendo como base os comandos normativos do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho - CSJT, do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região - TRT7 e das orientações do Instituto dos Auditores Internos (The Institute of Internal Auditors - IIA). Em auditoria interna, o **planejamento estratégico** se dá com a elaboração quadrienal do Plano de Auditoria de Longo Prazo - **PALP**, o **planejamento tático** com a elaboração anual do Plano Anual de Auditoria - **PAA** e do

Plano Anual de Capacitação em Auditoria - **PACAud** e o **planejamento operacional** é realizado individualmente em relação a cada um dos trabalhos de auditoria (**Planejamento de Auditoria**).

O processo de elaboração do PAA compreende as seguintes etapas:



Aplicação da Metodologia Baseada em Riscos

Para o CNJ, para fins de realização de auditorias, a unidade de auditoria interna deve estabelecer um PAA preferencialmente baseado em riscos, fixando as prioridades da auditoria, de forma consistente com objetivos e metas institucionais da entidade auditada⁵.

Sobre auditoria baseada em riscos (ABR), a ISO 31000 (ABNT NBR), ao estabelecer regras sobre o tema, preceitua que "processo de avaliação de riscos é o processo global de identificação de riscos, análise de riscos e avaliação de riscos." Para identificação dos riscos, a ISO prevê diversos fatores, a exemplo de: "- fontes tangíveis e intangíveis de risco; - causas e eventos; - ameaças e oportunidades; - vulnerabilidades e capacidades; - mudanças nos contextos externo e interno; - indicadores de riscos emergentes; - natureza e

⁵ Art. 32 da Re. n° 309/2020-CNJ.

valor dos ativos e recursos; – consequências e seus impactos nos objetivos; – limitações de conhecimento e de confiabilidade da informação; – fatores temporais; – vieses, hipóteses e crenças dos envolvidos.”

Desse modo, adotando-se a ABR nas auditorias que se realizarão em 2025, será possível, com os resultados dos trabalhos, identificar aspectos que trarão informações, para respostas, a exemplo de indagações como:

(i) A alta administração identificou, avaliou e respondeu aos riscos indicados, e que eventualmente estejam relacionados a apetite a riscos;

(ii) As respostas aos riscos são eficazes, mas não excessivas na gestão dos riscos inerentes, dentro do apetite por riscos;

(iii) Quando os riscos residuais não estão alinhados ao apetite por riscos, são tomadas ações para resoluções;

(iv) Os processos de gestão de riscos, incluindo a eficácia das respostas e a conclusão de ações, estão sendo monitorados pela alta administração e setores estratégicos para garantir que continuem a operar de maneira eficaz;

(v) Riscos, respostas e ações estão sendo classificados e relatados adequadamente.

Por fim, para esse tópico, importante destacar que, como será visto adiante, existem diferentes métodos para a elaboração do PAA com base em riscos. A SAUDI utilizou metodologia

utilizada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em seu PAA do exercício de 2024, conforme exposição feita em item específico, adiante.

Definição do Universo auditável

O universo de auditoria abrange a totalidade dos processos auditáveis de determinada organização. É, portanto, o mapa de todos os aspectos da organização sujeitos a ações de auditoria. O Ato TRT7 n° 18/2019 aprovou a Cadeia de Valor do Tribunal, diagrama que consiste nos principais macroprocessos executados com o objetivo de atender às necessidades dos jurisdicionados e expressa as vias de agregação de valor às entregas e aos serviços disponibilizados.

Macroprocessos TRT7	
Finalísticos	Prestação jurisdicional Uniformização jurisprudencial
De Apoio	Gestão de Pessoas Estratégia e Governança Comunicação Institucional Auditoria e Controle Infraestrutura e Logística Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil Gestão de Tecnologia da Informação

Cadeia de Valor - TRT7. Disponível em:

https://www.trt7.jus.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5251&Itemid=1363

Acesso em 20/5/2024.

Os macroprocessos finalísticos, aplicados à primeira e à segunda instância, são aqueles que contribuem diretamente para o cumprimento da missão do Tribunal. Já os macroprocessos de apoio, apesar de não entregarem valor diretamente, também são fundamentais para a organização na medida em que viabilizam a prestação de serviços ao cidadão.

O universo auditável da SAUDI foi definido a partir da correlação entre os objetivos estratégicos do PEI TRT7 2021-2026, os macrodesafios do Poder Judiciário, os macroprocessos de apoio da cadeia de valor do Tribunal e os processos críticos e temas obrigatórios definidos no Anexo VII da Resolução CSJT n. 296/2021.

MACRODESAFIOS DO PODER JUDICIÁRIO	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS PEI TRT7 2021-2026	MACROPROCESSOS DE APOIO Cadeia de Valor (Ato TRT7.GP 18/2020)	PROCESSOS AUDITÁVEIS Baseado nos Processos Críticos e Temas Obrigatórios do Anexo VIII da Resolução CSJT 296/2021
Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária Promoção da Sustentabilidade e Garantia dos Direitos Fundamentais	O.E. 8 - Incrementar modelo de gestão de pessoas O.E. 7 - Fortalecer a Governança e a Gestão Estratégica O.E. 2 - Promover o trabalho decente e a sustentabilidade	Gestão de pessoas	Seleção
			Ingresso e lotação de servidores
			Acompanhamento e desenvolvimento de servidores
			Desenvolvimento organizacional e de pessoas
			Legislação de pessoal
			Formação e capacitação
			Pagamento de pessoal
			Benefícios
			Informações funcionais
			Certificação digital
Saúde			

			Gestão de processos
			Gestão de projetos
			Gestão de riscos
			Integridade
Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária Promoção da Sustentabilidade e Garantia dos Direitos Fundamentais	O.E. 7 - Fortalecer a Governança e a Gestão Estratégica O.E. 2 - Promover o trabalho decente e a sustentabilidade	Estratégia e governança	Estatística
			Acessibilidade
			Sustentabilidade
			Gestão de processos
			Gestão de projetos
			Gestão de riscos
			Integridade
Enfrentamento à Corrupção, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais.	O.E. 6 - Promover a integridade e a transparência em relação aos atos de gestão praticados	Infraestrutura e logística	Segurança
			Transporte
			Inteligência
			Licitação e contratos
			Pregões
			Compras diretas
			Controle patrimonial
			Gestão e fiscalização de contratos, em especial de terceirização
			Obras e controle interno
Gestão de manutenção e serviços			
Fortalecimento da relação institucional do Judiciário com a sociedade e Garantia dos Direitos Fundamentais	O.E. 1 - Fortalecer a comunicação e as parcerias institucionais	Comunicação institucional	Comunicação Social
Fortalecimento da estratégia nacional de TIC e de proteção de dados	O.E. 10 - Aprimorar a gestão, governança de TIC e a proteção de dados	Gestão de Tecnologia da Informação	Governança de TIC
			Segurança da informação
			Desenvolvimento
			Infraestrutura
			Atendimento
			Gestão de processos
Gestão de projetos			

<p>Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira</p> <p>Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança</p> <p>Judiciária Promoção da Sustentabilidade e Garantia dos Direitos Fundamentais</p>	<p>O.E. 9 - Aperfeiçoar a gestão orçamentária e financeira O.E. 7 - Fortalecer a Governança e a Gestão Estratégica</p> <p>O.E. 2 - Promover o trabalho decente e a sustentabilidade e</p>	<p>Gestão Orçamentária, financeira e contábil</p>	Gestão orçamentária
			Gestão contábil
			Gestão Financeira
			Gestão de Folha de Pagamento
			Estatística
			Gestão de processos
			Gestão de projetos
			Gestão de riscos
			Integridade

Priorização dos Processos Auditáveis

O Plano Anual de Auditoria (PAA) deve ser elaborado, sempre que possível, utilizando uma metodologia baseada em riscos. Essa abordagem permite identificar as prioridades das atividades de auditoria interna para o exercício correspondente. E assim foi, para o PAA objeto desta exposição.

Existem diferentes métodos para a elaboração do PAA com base em riscos. A SAUDI adaptou a metodologia utilizada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em seu PAA do exercício de 2024⁶ para priorizar os seus objetos de auditoria do exercício de 2025. Desse modo, os aspectos a serem considerados no

⁶ **Conselho Nacional de Justiça (Brasil)**. Plano Anual de Auditoria – 2024. Brasília: CNJ, 2024. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2023/12/paa-2024-vf-assinado-1.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2024

processo de priorização (fatores de riscos) são: **Relevância, Autoavaliação de Controles e Criticidade.**

A seleção dos trabalhos com base em riscos é uma metodologia menos subjetiva para escolher quais auditorias realizar. Ela se baseia na combinação de vários fatores de risco. É importante destacar que esse processo envolveu a participação ativa de diferentes unidades, desde a alta administração até os gestores, e também a colaboração da auditoria. Essa variedade de perspectivas ajuda a garantir uma análise mais completa e justa, resultando em auditorias mais eficazes e alinhadas com os objetivos estratégicos da organização.

Da relevância

Foi definido o fator (índice) de relevância de cada processo auditável. Para isso, foram utilizados questionários preenchidos pela Alta Administração, que incluiu a Secretaria-Geral da Presidência e a Diretoria-Geral (**Anexos II e III**), pelas áreas de Gestão, que abrangeram as Secretarias ligadas à Secretaria-Geral da Presidência e à Diretoria-Geral (**Anexo IV**), e pela Auditoria (**Anexo V**).

Os formulários continham perguntas sobre a percepção de cada área quanto ao interesse da organização em auditar cada processo e sobre a associação desses processos a possíveis riscos para a imagem do órgão. Os riscos mencionados são aqueles que, devido à baixa eficácia dos controles existentes e à alta probabilidade de ocorrerem, podem prejudicar a imagem do órgão e sua credibilidade junto ao público em geral. Além disso, a

Secretaria-Geral da Presidência relacionou cada processo auditável com os objetivos estratégicos da organização. Para apuração do Índice de Relevância (Anexo V), cada resposta foi pontuada de acordo com a tabela a seguir:

Índice de Relevância					
Fator de Risco	Descrição	Respondente	Pergunta	Resposta	Pontuação
Danos à Imagem do Órgão (12,5%)	O risco à imagem do órgão caracteriza-se pela preocupação da alta administração e dos gestores táticos no tocante à divulgação na mídia ou redes sociais de eventos negativos envolvendo o órgão ou o seu pessoal, relacionados a processos específicos ou objetos auditáveis.	Alta Administração (Secretaria-Geral da Presidência e Diretoria-Geral)	Qual a possibilidade e de que eventos negativos relacionados ao processo de trabalho afetem a imagem do órgão?	Muito baixa	3,13
				Baixa	6,25
				Média	9,38
				Alta	12,50
Danos à Imagem do Órgão (7,5%)	O risco à imagem do órgão caracteriza-se pela preocupação da alta administração e dos gestores táticos no tocante à divulgação na mídia ou redes sociais de eventos negativos envolvendo o órgão ou o seu pessoal, relacionados a processos específicos ou objetos auditáveis.	Gestão (Secretarias vinculadas à Secretaria-Geral da Presidência e à Diretoria-Geral)	Qual a possibilidade e de que eventos negativos relacionados ao processo de trabalho afetem a imagem do órgão?	Muito baixa	1,88
				Baixa	3,75
				Média	5,63
				Alta	7,50
Aderência aos objetivos estratégicos do Órgão (15%)	Relação entre macroprocessos, objetivos estratégicos e processos auditáveis. A SGP relacionará os	Alta Administração (Secretaria-Geral da Presidência)	O processo auditável encontra-se aderente a que objetivo(s) estratégico(s)	Atividade de Suporte	5

	processos auditáveis em até 3 objetivos estratégicos do Planejamento Estratégico 2021-2026 acerca da sua aderência. Caso não exista relação com algum objetivo, identificar se o processo representa atividade de suporte à gestão.		s) do órgão?	Ligado diretamente a um objetivo estratégico	10
				Ligado diretamente a dois objetivos estratégicos	12,5
				Ligado diretamente a três ou mais objetivos estratégicos	15
Interesse da alta administração (12,5%)	A unidade de auditoria deseja saber qual o interesse da alta administração na auditoria de processos específicos. Nesse sentido, o grau de interesse será medido por meio de questionamento encaminhado à alta administração acerca dos processos de trabalho que demandam maior atenção em sede de trabalhos de auditoria.	Alta Administração (Secretaria-Geral da Presidência e Diretoria-Geral)	Qual o nível de interesse da alta administração e dos gestores para a realização de auditorias nos processos?	Muito baixa	3,13
				Baixa	6,25
				Média	9,38
				Alta	12,50
Interesse da Gestão (7,5%)	A unidade de auditoria deseja saber qual o interesse da gestão na auditoria de processos específicos. Nesse sentido, o grau de interesse será medido por meio de questionamento	Gestão (Secretarias vinculadas à Secretaria-Geral da Presidência e à Diretoria-Geral)	Qual o nível de interesse da alta administração e dos gestores para a realização de auditorias nos processos?	Muito baixa	1,88
				Baixa	3,75
				Média	5,63

	encaminhada aos gestores acerca dos processos de trabalho que demandam maior atenção em sede de trabalhos de auditoria.			Alta	7,50
Interesse da Auditoria (5%)	O grau de interesse da Auditoria Interna na realização de auditoria nos processos auditáveis.	Secretaria de Auditoria Interna	Qual o nível de interesse da Auditoria Interna para a realização de auditoria nos processos?	Muito baixa	1,25
				Baixa	2,50
				Média	3,75
				Alta	5,00
Máximo de pontos					60

Da Autoavaliação de Controles

A autoavaliação de controles (do inglês Control Self Assessment - CSA) consiste em um processo no qual os próprios gestores avaliam seus controles internos. No contexto do CSA, a função predominante da auditoria é a de facilitar o processo). O facilitador desempenha um papel central ao coordenar a elaboração do instrumento de autoavaliação, fornecer orientações sobre a condução desta autoavaliação e coletar os resultados dos diversos setores, por meio de questionário eletrônico. Para orientar a autoavaliação dos controles instituídos, a principal referência foi o método desenvolvido pelo Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission, conhecido COSO I⁷ (1992). Utilizou-se a versão atualizada em 2004,

⁷ Estrutura conceitual de análise de risco – COSO I.

intitulada Enterprise Risk Management - Integrated Framework, também conhecida como COSO II - ERM, que concentra-se especialmente no gerenciamento de riscos.

Assim, o questionário abordou os seguintes componentes:

- (i) ambiente de controle;
- (ii) avaliação de Riscos;
- (ii) procedimentos de controle, informação e comunicação;
- (iv) atividades de Monitoramento.

Esses componentes foram detalhados em questões que foram respondidas pelas áreas de Gestão, que incluem as Secretarias vinculadas à Secretaria-Geral da Presidência e à Diretoria-Geral (**Anexo VI**). Para calcular o índice, cada resposta foi pontuada conforme a tabela a seguir:

Componente	Escala de Pontuação	Composição de Peso
Ambientes de controle	Respostas do tipo A - 1 ponto	4%
Avaliação de riscos		4%
Procedimentos de controle	Respostas do tipo B - 2 pontos	4%
Informação e comunicação		4%
Atividades de monitoramento	Respostas do tipo C - 3 pontos	4%
	Respostas do tipo D - 4 pontos	
Total		20%

Em função de as avaliações de cada componente terem números diferentes de perguntas, foi estabelecido um produto para o cômputo de cada uma, que as iguala em função de cada componente COSO, conforme tabela a seguir:

COMPONENTE	QUANTIDADE DE PERGUNTAS	FÓRMULA
Ambientes de controle	7	$PAC = \sum PP \times 0,714$
Avaliação de riscos	5	$PAR = \sum PP \times 1$
Procedimentos de controle	4	$PCO = \sum PP \times 1,25$
Informação e comunicação	5	$PIC = \sum PP \times 1$
Atividades de monitoramento	4	$PAM = \sum PP \times 1,25$
Total	25	

PAC - Pontuação do ambiente de controle

PAR - Pontuação da avaliação de riscos

PCO - Pontuação dos procedimentos de controle

PIC - Pontuação de informação e comunicação

PAM - Pontuação de atividade de monitoramento

PP - Ponto de cada pergunta

Da criticidade

O índice de criticidade foi calculado a partir de um questionário que aborda a regulamentação e a automação dos processos. Esse questionário foi respondido pelas áreas de

gestão, incluindo as Secretarias ligadas à Secretaria-Geral da Presidência e à Diretoria-Geral (**Anexo VII**). Além disso, o índice também considerou a análise do intervalo de tempo entre as auditorias de cada processo auditável, conforme o histórico de trabalhos realizados pela Secretaria de Auditoria (**Anexo VIII**).

Para determinar o Índice de Criticidade (**Anexo IX**), cada resposta foi pontuada conforme a tabela a seguir:

Índice de Criticidade					
Fator de Risco	Descrição	Respondente	Pergunta	Resposta	Pontuação
Grau de Automação de Processos Internos (10%)	Avaliar, dentre todas as atividades relacionadas às entregas do processo, quanto é realizado automaticamente e quanto depende de lançamentos manuais.	Gestão (Secretarias vinculadas à Secretaria-Geral da Presidência e à Diretoria-Geral)	Qual a proporção de intervenções humanas na execução das atividades do processo?	0% a 25% de lançamentos manuais	2,5
				25% a 50% de lançamentos manuais	5
				50% a 75% de lançamentos manuais	7,5
				75% a 100% de lançamentos manuais	10
Grau de Regulamentação do Processo	A avaliação de aspectos normativos que afetam	Gestão (Secretarias vinculadas à Secretaria-Geral)	Qual é o grau de regulamentação deste	Regulamentação interna	1,25

(5%)	diretamente os processos de trabalho.	ral da Presidência e à Diretoria-Geral)	processo?	Regulamentado por leis e normas externas - Leis, Decretos, Resoluções, Instruções Normativas	2,5
				Ausência de regulamentação formal. Conhecimento tácito, baseado nos costumes e experiências.	3,75
				Nenhuma regulamentação interna ou externa, inclusive tácita.	5
Lapso entre Auditorias (5%)	O lapso entre auditorias avalia o tempo desde a última auditoria sobre o processo em questão.	Secretaria de Auditoria Interna	Há quanto tempo foi realizada a última auditoria no processo?	Até 2 anos	1,2
				Entre 2 e 4 anos	2,5
				Mais de 4 anos	3,75

				Processo nunca auditado	5
--	--	--	--	-------------------------	---

Priorização

Para classificar os processos com maior pontuação nos índices de **relevância, autoavaliação de controles e criticidade** foram usados os seguintes pesos:

FATORES DE RISCO	COMPOSIÇÃO DOS PESOS	
Índice de Relevância	Aderência aos objetivos estratégicos	15%
	Danos à Imagem Alta Administração	12,5%
	Danos à Imagem Gestão	7,5%
	Interesse da Alta Administração	12,5%
	Interesse da Gestão	7,5%
	Interesse da Auditoria	5%
Total	60%	
Índice de Autoavaliação de Controles	Lapso entre Auditorias	5%
	Grau de Regulamentação do Processo	5%
	Grau de Automação do Processo	10%
Total	20%	
Índice de Criticidade	Autoavaliação de Controles Internos	20%
	Total	20%

O **Anexo X** traz a pontuação final dos processos auditáveis. Contudo, a definição dos objetos de auditoria para o PAA 2025 também é pautada por fatores como a capacidade operacional da SAUDI (número de pessoas*, expertise técnica, custo), as obrigações legais/normativas e da gestão administrativa da própria unidade.

Capacidade operacional

Para realização das ações previstas neste Plano, a SAUDI conta com a força de trabalho de 10 (dez) servidores, distribuídos na seguinte estrutura:

Unidade	Servidor com FC ou CJ*	Servidores sem comissionamento		Total de Servidores
		Analista Judiciário	Técnico Judiciário	
Gabinete	2		1	3
SAGAP	1	1		2
SAGP	2	2		4
SAGOF	1			1
Servidores	6	3	1	10

*Há 1 CJ-3 - Secretário de Auditoria Interna, 1 FC-5 - Assistente-Chefe de Gabinete, 3 FC-4 Coordenador de Seção e 1 FC-3 - Assessoria Técnica.

A força de trabalho da Secretaria de Auditoria Interna para o exercício de 2025 será distribuída nas seguintes ações finalísticas: avaliação/auditoria, consultoria, monitoramento,

análise de gestão fiscal, exame de atos de pessoal e indícios, atividades de gestão interna (elaboração do PALP, PAA, PAC-Aud, Programa de Qualidade de Auditoria - PQA-JT, Relatório Anual de Atividades - RAINTE, acompanhamento de indicadores, mapeamentos de processos internos da unidade) e capacitação.

Cálculo de Pessoas Dia - PD

A metodologia utilizada para calcular a disponibilidade da força de trabalho foi a de pessoa-hora (HH), que corresponde ao tempo dedicado por um servidor para a execução de tarefas. Esclarece-se que na apuração da força de trabalho da Secretaria, foram excluídos do cômputo os servidores lotados no Gabinete, tendo em vista que não atuam nas atividades finalísticas (auditoria propriamente dita) da unidade.

Desse modo, para o exercício de 2025, o cálculo considerou o total de horas úteis disponíveis por servidor, excluindo-se os períodos de férias, afastamentos, capacitação, recessos e feriados. Dessa forma, cada um dos dez servidores lotados na SAUDI terá 253⁸ dias úteis disponíveis, totalizando 1.012 dias de trabalho ao longo do ano, conforme demonstrativo de cálculo abaixo.

	GABIN	SAGAP	SAGP	SAGOF	TOTAL
Dias-úteis(*)	253	253	253	253	1.012

⁸ Como 2025 não é um ano bissexto, em 2025 ter-se-ão 365 dias. Excluindo 52 sábados e 52 domingos, restam 261 dias. Excluindo, ainda, 8 feriados incidentes em dias úteis, em 2025 serão 253 dias úteis.

Férias, folgas, capacitação	80	80	80	80	320
Dias Líquidas	173	173	173	173	692

Nota: (*) excluídos dias não úteis (feriados e finais de semana)

Tendo em vista a dimensão do Tribunal do Trabalho da 7ª Região, tribunal de porte médio, repete-se o alerta de que as limitações de pessoal, em contraste com a crescente demanda de trabalho, têm inviabilizado, por vezes, as ações de capacitação dos servidores em áreas críticas ao bom desempenho da área-fim da Unidade de Auditoria Interna, a qual, por previsão constitucional, também possui missões de controle interno, a exemplo de assuntos que digam respeito a atos de pessoal. Ademais, em virtude da necessidade de realização de auditorias com maior aprofundamento na área de tecnologia da informação, ressenete-se a SAUDI de servidor com especialização adequada àquela área.

4. DEFINIÇÃO DAS ATIVIDADES

Diante de todo o exposto, as atividades de auditoria interna previstas para 2025 foram detalhadas no Anexo I deste documento (juntamente com os monitoramentos e demais missões que ficarão a cargo da SAUDI, em 2025), classificadas por modalidade, levando-se em consideração a análise de riscos dos processos

auditáveis e a capacidade operacional da unidade, as quais - as auditorias - estão assim estabelecidas:

- 1) Auditoria no contrato relativo à reforma ocorrida no Edifício Dom Hélder, proad n° 3990/2021.
- 2) Auditoria no contrato de limpeza, proad n° 3460/2022.
- 3) Auditoria no controle de imóveis pertencentes ao TRT7, especialmente se considerando reavaliação, depreciação e controles, conforme destaques indicados na auditoria de contas mandatária-TCU, ref. proad 5534/2024.
- 4) Auditoria Financeira Integrada com Conformidade nas Contas Anuais - exercício 2024 - Etapa II, proad 5534/2024.
- 5) Auditoria Financeira Integrada com Conformidade nas Contas Anuais - exercício 2025 - Etapa I, proad 5534/2024.
- 6) Auditoria para avaliar a implantação do modelo de Gestão de Pessoas por Competências no âmbito do TRT da 7ª Região.

Além das citadas auditorias, a SAUDI também desenvolverá uma consultoria, relativamente ao acompanhamento da execução do Plano de Integridade, por meio da qual se buscará fortalecer a gestão por meio da implementação de melhores práticas de gestão de pessoas, promovendo uma cultura organizacional pautada por ética e transparência, redução de riscos e prevenção de irregularidades, aumentando a confiança pública e promovendo accountability entre servidores e gestores.

E, ainda é possível registrar ficar também a cargo da SAUDI:

- (i) exames de Atos de Pessoal e Indícios;
- (ii) análise de relatórios de gestão fiscal;
- (iii) inspeção em imóveis do TRT7, conforme descrições contidas no proad 3153/2024;
- (iv) mapeamento das atividades internas desempenhadas pela SAUDI;
- (v) monitoramentos.

5. INDICADORES DE DESEMPENHO

Os indicadores e metas definidos pela SAUDI guardam relação e alinham-se com os objetivos estratégicos da unidade e do Tribunal, bem como com o disposto na Resolução CSJT n° 371/2023. O conjunto de indicadores que contemplam os resultados e o desempenho da SAUDI estão abaixo relacionados:

Perspectiva Processos Internos

INDICADOR 1. Cumprimento das auditorias e consultorias do Plano Anual de Auditoria (PAA)	
Objetivo	Avaliar a quantidade de auditorias (avaliações) e consultorias realizadas durante o exercício em comparação ao programado no Plano Anual de Auditoria (PAA).
Meta	80%
Periodicidade	Anual
Forma de Cálculo	$(\text{Quantidade de auditorias e consultorias executadas} / \text{Quantidade de auditorias e consultorias previstas no PAA}) \times 100$
Resultado	% de auditorias e consultorias programadas e executadas no exercício

INDICADOR 2. Cumprimento dos monitoramentos do Plano Anual de Auditoria (PAA)	
Objetivo	Avaliar a quantidade de monitoramentos realizados durante o exercício em comparação ao programado no Plano Anual de Auditoria (PAA).
Meta	80%
Periodicidade	Anual
Forma de Cálculo	$(\text{Quantidade de monitoramentos executados} / \text{Quantidade de monitoramentos previstos no PAA}) \times 100$
Resultado	% de monitoramentos programados e executados no exercício

INDICADOR 3. Cumprimento dos Prazos Programados no Plano Anual de Auditoria (PAA)	
Objetivo	Avaliar se o prazo despendido para desenvolver os trabalhos de auditoria (avaliação) e consultoria foram compatíveis com os prazos previstos no PAA.
Meta	80%
Periodicidade	Anual
Forma de Cálculo	$(\text{Quantidade de auditorias e consultorias concluídas no prazo} / \text{Quantidade de auditorias e consultorias realizadas no exercício}) \times 100$
Resultado	% de auditorias e consultorias realizadas no prazo

Perspectiva Pessoas e recursos

INDICADOR 4. Horas de Treinamento	
Objetivo	Avaliar o alcance do mínimo de 40 horas de capacitação ao ano por cada servidor lotado na unidade de auditoria interna.
Meta	100%
Periodicidade	Anual
Forma de Cálculo	$(\text{Nº de auditores com 40h ou mais de treinamento no ano} / \text{Quantidade de auditores}) \times 100$
Resultado	% de auditores que realizaram o mínimo de 40 horas de capacitação no ano

Perspectiva Resultados

INDICADOR 5. Atendimento pela gestão das deliberações decorrentes de auditoria	
Objetivo	Avaliar o atendimento pela gestão das deliberações de auditoria monitoradas no exercício.
Meta	70%
Periodicidade	Anual
Forma de Cálculo	(Nº de deliberações implementadas no exercício / Nº de deliberações monitoradas no exercício) x 100
Resultado	% de deliberações monitoradas implementadas pela gestão

INDICADOR 6. Monitoramento Contínuo	
Objetivo	Avaliar o grau de aderência dos trabalhos de auditoria (avaliação) e de consultoria previstos no PAA, às especificações de qualidade definidas nos respectivos questionários de monitoramento contínuo.
Meta	70%
Periodicidade	Anual
Forma de Cálculo	Somatório dos índices de trabalho/ Nº de trabalhos realizados
Resultado	% de aderência dos trabalhos de auditoria (avaliação) e de consultoria aos padrões de qualidade e normas aplicáveis

INDICADOR 7. Maturidade da Unidade de Auditoria Interna	
Objetivo	Avaliar o grau de maturidade da unidade de auditoria interna em relação às Atividades Essenciais relacionadas aos níveis 2 (Infraestrutura) e 3 (Integrado) do Modelo de Capacidade de Auditoria Interna (IA-CM).
Meta	2025: 20% 2027: 35% 2029: 50% 2031: 65%
Periodicidade	Bienal
Forma de Cálculo	(Nº de Atividades Essenciais dos Níveis 2 (Infraestrutura) e 3 (Integrado) Institucionalizadas / 182) x 100
Resultado	% de Atividades Essenciais Institucionalizadas

INDICADOR 8. Índice de Acatamento das Recomendações	
Objetivo	Medir a receptividade das recomendações expedidas pela Secretaria de Auditoria Interna
Meta	70%
Periodicidade	Anual
Forma de Cálculo	(Qtde de recomendações acatadas pela Presidência/Qtde de recomendações expedidas pela SAUDI) x 100
Resultado	% de recomendações de auditoria acatadas pela Administração

Desse modo, os indicadores descritos, e assim realizado com base em padrões, objetivos, serão considerados não apenas para o exercício de 2025, mas também para os seguintes, de modo a

envolver uma sequência lógica e estruturada de atividades desenvolvidas pela SAUDI, mas sempre relacionadas com o também amadurecimento das demais unidades, quanto ao aprimoramento da gestão.

6. DA APROVAÇÃO E DIVULGAÇÃO

A unidade de auditoria interna, em observância ao art. 5º da Resolução CNJ n.º 308/2020, reporta-se:

- 1) **Funcionalmente:** ao Pleno, informando sobre a atuação da unidade de auditoria interna quanto ao seu desempenho em relação ao Plano Anual de Auditoria, a declaração de manutenção da independência durante a atividade de auditoria e os principais riscos e fragilidades de controle do Tribunal; e
- 2) **Administrativamente:** ao Presidente do Tribunal.

Assim, submetemos o presente documento para apreciação superior, recomendando a expressa emissão de juízo valorativo quanto à sua aprovação e respectiva divulgação no âmbito administrativo deste órgão.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este documento encontra-se em conformidade com a Resolução CNJ n. 309/2020, que estabeleceu as diretrizes técnicas para as

atividades de auditoria interna governamental no Poder Judiciário, especialmente no que se refere ao planejamento das auditorias.

O plano apresenta as diretrizes seguidas, especificando claramente os temas auditáveis e a metodologia de avaliação, que inclui critérios de relevância, autoavaliação de controles e criticidade. Essas diretrizes estão alinhadas com os objetivos do Tribunal e com as normas vigentes.

Impende destacar que, ainda assim, as ações planejadas poderão sofrer alteração caso ocorra necessidade de instauração de auditoria especial em função de fato, circunstância ou situação identificada nas atividades de controle, assim como em atenção às demandas pertinentes a Auditorias Sistemáticas e Coordenadas⁹ (do CSJT e do CNJ, respectivamente), não previstas no plano. Também poderão influenciar a disponibilidade de recursos, o volume de diligências e indícios recebidos dos

⁹ Quanto à eventual auditoria coordenada via CSJT, é importante mencionar ter sido repassado aos gestores de auditoria dos TRT's o informe de que no "Plano Anual de Auditoria do CSJT não há previsão de realização de Ação Coordenada de Auditoria". Para o CNJ, também em coordenada, no Ofício-circular n° 34/2024, recebido em 25-11-2024, via e-mail, foi informado aos tribunais que a auditoria coordenada, para 2025, dirá respeito a "*Gestão e Destinação de Valores e Bens oriundos de prestações pecuniárias, da pena de multa, perda de bens e valores*. No comunicado, constou a informação de que será feita avaliação, para a auditoria, quando a "*prestações pecuniárias, aquelas recolhidas em todas as fases do processo criminal, e, nos demais casos, aquelas decorrentes de condenações criminais, colaboração premiada, acordos de leniência e acordos de cooperação internacional no âmbito do Poder Judiciário*". Assim, e de acordo com discussões em grupos, da análise do escopo para a auditoria coordenada-CNJ, ao que tudo indica, o citado trabalho não dirá respeito ao poder judiciário trabalhista.

diversos órgãos de Controle Externo, e as solicitações correlatas da Administração.

Fortaleza (CE), 28 de novembro de 2024.

Rodrigo Ribeiro Cavalcante
Secretário de Auditoria Interna

ANEXO I

I - Avaliação/Auditoria

Item	Objeto da auditoria	Escopo	Riscos e relevância (com resultados esperados)	Tipo de Auditoria	Período de realização	Unidades Auditadas	Unidade Executora
	Auditoria no contrato relativo à reforma ocorrida no Edifício Dom Hélder, proad n° 3990/2021.	Verificação de adequação entre o objeto do contrato e as atividades desenvolvidas; tempo do contrato e a estimativa prevista; quantidade de pessoal envolvido nas atividades e ETP; aspectos fiscais contratuais estabelecidos e fiscalização, bem mais informes contidos em ordem de serviço (OS).	Risco Regulatório (multa); Risco de dano ao erário; Risco de fraude; e Risco de Imagem/Reputação. Assegurar que nas próximas contratações seja possível o aprimoramento de rotinas e controles.	Conformidade	março a julho de 2025	Edifício Dom Hélder	SAGAP
	Auditoria no contrato de limpeza,	Verificação de adequação entre o objeto do contrato		Conformidade	Agosto a novembro de 2025	Unidades do TRT7	SAGAP

Item	Objeto da auditoria	Escopo	Riscos e relevância (com resultados esperados)	Tipo de Auditoria	Período de realização	Unidades Auditadas	Unidade Executora
	proad n° 3460/2022.	e as atividades desenvolvidas; tempo do contrato e a estimativa prevista; quantidade de pessoal envolvido nas atividades e ETP; aspectos fiscais contratuais estabelecidos e fiscalização, bem mais informes contidos em ordem de serviço (OS).					
	Auditoria no controle de imóveis pertencentes ao TRT7, especialmente considerando reavaliação, depreciação e controles,	Verificar a regularidade quanto à gestão dos bens imóveis do TRT7, inclusive quanto a aspectos contábeis, bem como informes contidos em ordem de serviço (OS).	Risco Regulatório (multa); Risco de dano ao erário; Risco de fraude; e Risco de Imagem/Reputação. Assegurar que nas próximas contratações seja possível o aprimoramento de rotinas e controles.	Conformidade e financeira	Abril a julho de 2025	SADMIN e SOF	SAGOF

Item	Objeto da auditoria	Escopo	Riscos e relevância (com resultados esperados)	Tipo de Auditoria	Período de realização	Unidades Auditadas	Unidade Executora
	conforme destaques indicados na auditoria de contas mandatória-T CU, ref. ao proad 5534/2024.						
	Auditoria Financeira Integrada com Conformidade nas Contas Anuais - exercício 2024 - Etapa II, proad 5534/2024.	Verificar gestão orçamentária, financeira e contábil, considerando, ainda, constatações contidas na auditoria do exercício anterior e demais aspectos importantes relacionados.	Risco Regulatório (multa); Risco de dano ao erário; Risco de fraude; e Risco de Imagem/Reputação. Assegurar que a prestação de contas do exercício expresse, de forma clara e objetiva, a exatidão dos demonstrativos contábeis, a legalidade, a legitimidade e a economicidade dos atos de gestão subjacentes, em todos	Financeira, contábil e de gestão	Janeiro a março de 2025	SADMIN e SOF	SAUDI e SAGOF

Item	Objeto da auditoria	Escopo	Riscos e relevância (com resultados esperados)	Tipo de Auditoria	Período de realização	Unidades Auditadas	Unidade Executiva
			os aspectos relevantes, de acordo com os critérios aplicáveis, em cumprimento ao comando constitucional do art. 70, parágrafo único.				
	Auditoria Financeira Integrada com Conformidade nas Contas Anuais - exercício 2025 - Etapa I, proad 5534/2024.	Verificar gestão orçamentária, financeira e contábil, considerando, ainda, constatações na auditoria do exercício anterior e demais aspectos importantes relacionados.	Risco Regulatório (multa); Risco de dano ao erário; Risco de fraude; e Risco de Imagem/Reputação. Assegurar que a prestação de contas do exercício expresse, de forma clara e objetiva, a exatidão dos demonstrativos contábeis, a legalidade, a legitimidade e a economicidade dos atos de gestão subjacentes, em todos	Financeira, contábil e de gestão	Agosto a dezembro de 2025	SADMIN e SOF	SAUDI e SAGOF

Item	Objeto da auditoria	Escopo	Riscos e relevância (com resultados esperados)	Tipo de Auditoria	Período de realização	Unidades Auditadas	Unidade Executora
			os aspectos relevantes, de acordo com os critérios aplicáveis, em cumprimento ao comando constitucional do art. 70, parágrafo único.				
	Auditoria para avaliar a implantação do modelo de Gestão de Pessoas por Competências no âmbito do TRT da 7ª Região	Verificar se a implantação do modelo de Gestão de Pessoas por Competências está de acordo com as diretrizes e normativos estabelecidos pelos órgãos superiores. Examinar como o modelo de competências está sendo integrado aos	Risco operacional; risco quanto ao não atendimento de recomendações oriundas do CSJT e CNJ; riscos quanto à realização de retrabalho; riscos quanto à utilização inadequada da força de trabalho existentes e ocorrência de uma prestação de serviço de baixa qualidade. Assegurar quanto à	Conformidade e/ou Operacional	Junho a Setembro 2025	SGPe	SAGP

Item	Objeto da auditoria	Escopo	Riscos e relevância (com resultados esperados)	Tipo de Auditoria	Período de realização	Unidades Auditadas	Unidade Executora
		<p>processos-chave de gestão de pessoas, como recrutamento, seleção, desenvolvimento, avaliação de desempenho e gestão de carreira. Identificar lacunas na aplicação do modelo, bem como destacar boas práticas que possam ser replicadas no Tribunal.</p>	<p>adoção de gestão por competência.</p>				

II - Consultoria

Item	Objeto da consultoria	Benefícios esperados	Período de realização	Unidades Consulentes	Unidade Executora
1	Consultoria no acompanhamento da execução do Plano de Integridade	Fortalecimento da gestão por meio da implementação de melhores práticas de gestão de pessoas, promovendo uma cultura organizacional pautada por ética e transparência. Redução de riscos e prevenção de irregularidades, aumentando a confiança pública e promovendo accountability entre servidores e gestores	Janeiro a abril 2025	SGPe	SAGP

III - Monitoramento

Item	Descrição da auditoria a ser monitorada	Período de realização	Unidades Monitoradas	Unidade Executora
Proad 5078/2022	Auditoria sobre o processo de reposição de débitos com o erário, provenientes da folha de pagamento de pessoal, magistrados e servidores, ativos e inativos, e de pensionistas do TRT7, com o objetivo de	Outubro a Dezembro/2025	SGPe	SAGP

	contribuir para a mitigação de riscos, em especial, regulatório e de dano ao erário.			
Proad 828/2022	Auditoria sobre o Programa de Assistência à Saúde Suplementar - PASS.	Outubro a Dezembro/2025	SGPe	SAGP
Proad 4314/2021	Auditoria sobre os Processos de cessão e requisição de servidores neste Tribunal	Outubro a Dezembro/2025	SGPe	SAGP
Proad 2130/2024	Auditoria Coordenada CNJ - Política Nacional de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Poder Judiciário	Outubro a Dezembro/2025	SGP, SGPe, DG	SAGP
Proad 3316/2023	Auditoria Coordenada CNJ - Adesão à Política Contra Assédio e Discriminação no Poder Judiciário	Outubro a Dezembro/2025	SGP, SGPe, DG	SAGP
Proad 5862/2024	Auditoria sobre a Gestão de Passivos Administrativos	Outubro a Dezembro/2025	SGPe	SAGP
Proad 1829/2023	Avaliar as medidas implementadas pela alta administração no campo da governança das contratações		SGP	SAGAP
Proad 6135/2024	Contrato nº 26/2022 - PROAD nº 1847/2021 - Prestação de Serviços de Vigilância Armada no âmbito do TRT7	Por todo o exercício	CSPT	SAGAP

IV - Análises da Gestão Fiscal

Item	Atividade	Período de realização/conferência /publicação	Unidade Executora
	Conferência do Relatório de Gestão Fiscal - 1º Quadrimestre 2025	30 de maio de 2025	SAGOF
	Conferência do Relatório de Gestão Fiscal - 2º Quadrimestre 2025	30 de setembro de 2025	SAGOF
	Conferência do Relatório de Gestão Fiscal - 3º Quadrimestre 2024	30 de janeiro de 2025	SAGOF
	Elaboração e publicação do Relatório de auditoria de contas - exercício 2024	Agosto de 2024	SAGOF/SAGP
	Planejamento e execução da Auditoria de Contas Anuais - exercício 2025	Agosto de 2025	SAGOF/SAGP

V - Exames de Atos de Pessoal e Indícios

Item	Outras Atividades	Período de realização	Unidade Executora
	Exames de Atos de Aposentadoria e Pensão	Por todo o exercício	SAGP/Gabinete
	Exames de Atos de Admissão de Pessoal	Por todo o exercício	SAGP/Gabinete
	Exames de Indícios do TCU	Por todo o exercício	SAGP/Gabinete

VI - Atividades de Gestão Interna

Item	Atividade	Período de realização	Unidade Executora
	Elaboração do PAA - 2026	Agosto a outubro de 2025	SAUDI
	Elaboração do PALP - Ciclo 2026 - 2029	Junho a outubro de 2025	SAUDI
	Elaboração do PAC-Aud 2026	Agosto a outubro de 2025	SAUDI
	Auto-avaliação IA-CM prevista no Programa de Qualidade de Auditoria - PQA-JT	Agosto a Outubro de 2025	SGP
	Elaboração do Relatório Anual de Atividades - RAINTE 2024	Junho a julho de 2025	SAUDI
	Mapeamentos e Gestão de Riscos dos Processos Internos de Auditoria	Abril a Maio de 2025	SAGP, SAGAP, SAGOF e SAUDI
	Inspeção em ANEXO do Fórum Autran Nunes e na sede do TRT7, conforme exposição contida no proad 3153/2024.	Janeiro a julho de 2025	SAGAP/SAUDI

VI - Capacitação

Item	Atividade	Período de realização	Unidade Executora
	Atividades de Capacitação previstas no PAC-Aud 2025	Durante todo o ano	Gabinete
	Atividades de Capacitação previstas no PAC-Aud 2025	Durante todo o ano	SAGAP
	Atividades de Capacitação previstas no PAC-Aud 2025	Durante todo o ano	SAGP
	Atividades de Capacitação previstas no PAC-Aud 2025	Durante todo o ano	SAGOF

ANEXO II

Questionário PAA - Universo Auditável - Índice de Relevância

Alta Administração - Secretaria-Geral da Presidência

Riscos associados à imagem do órgão: são aqueles que, em função da baixa maturidade dos controles instituídos e da alta probabilidade de ocorrência, podem expor indevidamente a imagem do órgão, prejudicando a credibilidade perante a população de maneira geral.

Exemplos: Irregularidades na execução de contratos e práticas em desconformidade às normas de sustentabilidade, superfaturamento ou má aplicação dos insumos (humanos ou materiais) adquiridos podem resultar na degradação da imagem do órgão perante a sociedade.

Interesse da Alta Administração: Indica o grau de desejo da Alta Administração na avaliação e no monitoramento de um determinado processo. Tais processos auditáveis levam em conta a expertise da Alta Administração em priorizar o que é mais importante para evitar danos significativos aos objetivos organizacionais do órgão.

MACRODESAFIOS DO PODER JUDICIÁRIO	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS PEI TRT7 2021-2026	MACROPROCESSOS DE APOIO DE APOIO Cadeia de Valor (Ato TRT7.GP 18/2020)	PROCESSOS AUDITÁVEIS Processos Críticos e Temas Obrigatórios (Anexo VIII da Resolução CSJT 296/2021)	Risco Associado à Imagem	P1.1. 1	Interesse da Alta Administração	P2.1. 1	Aderência aos Objetivos Estratégicos do Tribunal	P3
Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária Promoção da Sustentabilidade e Garantia dos Direitos Fundamentais	O.E. 8 - Incrementar modelo de gestão de pessoas O.E. 7 - Fortalecer a Governança e a Gestão Estratégica O.E. 2 - Promover o trabalho decente e a sustentabilidade	Gestão de pessoas	Seleção						
			Ingresso e lotação de servidores						
			Acompanhamento e desenvolvimento de servidores						
			Desenvolvimento organizacional e de pessoas						
			Legislação de pessoal						
			Formação e capacitação						
			Pagamento de pessoal						
			Benefícios						
			Informações funcionais						
			Certificação digital						
			Saúde						
			Gestão de processos						
			Gestão de projetos						
Gestão de riscos									

MACRODESAFIOS DO PODER JUDICIÁRIO	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS PEI TRT7 2021-2026	MACROPROCESSOS DE APOIO DE APOIO Cadeia de Valor (Ato TRT7.GP 18/2020)	PROCESSOS AUDITÁVEIS Processos Críticos e Temas Obrigatórios (Anexo VIII da Resolução CSJT 296/2021)	Risco Associado à Imagem	P1.1. 1	Interesse da Alta Administração	P2.1. 1	Aderência aos Objetivos Estratégicos do Tribunal	P3
			Integridade						
Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária Promoção da Sustentabilidade e Garantia dos Direitos Fundamentais	O.E. 7 - Fortalecer a Governança e a Gestão Estratégica O.E. 2 - Promover o trabalho decente e a sustentabilidade	Estratégia e governança	Estatística						
			Acessibilidade						
			Sustentabilidade						
			Gestão de processos						
			Gestão de projetos						
			Gestão de riscos						
			Integridade						
Enfrentamento à Corrupção, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais.	O.E. 6 - Promover a integridade e a transparência em relação aos atos de gestão praticados	Infraestrutura e logística	Segurança						
			Transporte						
			Inteligência						
			Licitação e contratos						
			Pregões						
			Compras diretas						
			Controle patrimonial						

MACRODESAFIOS DO PODER JUDICIÁRIO	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS PEI TRT7 2021-2026	MACROPROCESSOS DE APOIO DE APOIO Cadeia de Valor (Ato TRT7.GP 18/2020)	PROCESSOS AUDITÁVEIS Processos Críticos e Temas Obrigatórios (Anexo VIII da Resolução CSJT 296/2021)	Risco Associado à Imagem	P1.1. 1	Interesse da Alta Administração	P2.1. 1	Aderência aos Objetivos Estratégicos do Tribunal	P3
			Gestão e fiscalização de contratos, em especial de terceirização.						
			Obras e controle interno						
			Gestão de manutenção e serviços						
Fortalecimento da relação institucional do Judiciário com a sociedade e Garantia dos Direitos Fundamentais	O.E. 1 - Fortalecer a comunicação e as parcerias institucionais	Comunicação institucional	Comunicação Social						
Fortalecimento da estratégia nacional de TIC e de proteção de dados	O.E. 10 - Aprimorar a gestão, governança de TIC e a proteção de dados	Gestão de Tecnologia da Informação	Governança de TIC						
			Segurança da informação						
			Desenvolvimento						
			Infraestrutura						
			Atendimento						
			Gestão de processos						

MACRODESAFIOS DO PODER JUDICIÁRIO	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS PEI TRT7 2021-2026	MACROPROCESSOS DE APOIO DE Valor (Ato TRT7.GP 18/2020)	PROCESSOS AUDITÁVEIS Processos Críticos e Temas Obrigatórios (Anexo VIII da Resolução CSJT 296/2021)	Risco Associado à Imagem	P1.1. 1	Interesse da Alta Administração	P2.1. 1	Aderência aos Objetivos Estratégicos do Tribunal	P3
			Gestão de projetos						
Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária Promoção da Sustentabilidade e Garantia dos Direitos Fundamentais	O.E. 9 - Aperfeiçoar a gestão orçamentária e financeira O.E. 7 - Fortalecer a Governança e a Gestão Estratégica O.E. 2 - Promover o trabalho decente e a sustentabilidade	Gestão Orçamentária, financeira e contábil	Gestão orçamentária						
			Gestão contábil						
			Gestão Financeira						
			Gestão de Folha de Pagamento						
			Estatística						
			Gestão de processos						
			Gestão de projetos						
			Gestão de riscos						
			Integridade						

ANEXO III

Questionário PAA - Universo Auditável - Índice de Relevância

Alta Administração - Diretoria-Geral

Riscos associados à imagem do órgão: são aqueles que, em função da baixa maturidade dos controles instituídos e da alta probabilidade de ocorrência, podem expor indevidamente a imagem do órgão, prejudicando a credibilidade perante a população de maneira geral.

Exemplos: Irregularidades na execução de contratos e práticas em desconformidade às normas de sustentabilidade, superfaturamento ou má aplicação dos insumos (humanos ou materiais) adquiridos podem resultar na degradação da imagem do órgão perante a sociedade.

Interesse da Alta Administração: Indica o grau de desejo da Alta Administração na avaliação e no monitoramento de um determinado processo. Tais processos auditáveis levam em conta a expertise da Alta Administração em priorizar o que é mais importante para evitar danos significativos aos objetivos organizacionais do órgão.

MACRODESAFIOS DO PODER JUDICIÁRIO	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS PEI TRT7 2021-2026	MACROPROCESSOS DE APOIO Cadeia de Valor (Ato TRT7.GP 18/2020)	PROCESSOS AUDITÁVEIS Processos Críticos e Temas Obrigatórios (Anexo VIII da Resolução CSJT 296/2021)	Risco Associado à Imagem	P1.1.2	Interesse da Alta Administração	P2.1.2
Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária Promoção da Sustentabilidade e Garantia dos Direitos Fundamentais	O.E. 8 - Incrementar modelo de gestão de pessoas O.E. 7 - Fortalecer a Governança e a Gestão Estratégica O.E. 2 - Promover o trabalho decente e a	Gestão de pessoas	Seleção				
			Ingresso e lotação de servidores				
			Acompanhamento e desenvolvimento de servidores				
			Desenvolvimento organizacional e de pessoas				
			Legislação de pessoal				
			Formação e capacitação				

MACRODESAFIOS DO PODER JUDICIÁRIO	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS PEI TRT7 2021-2026	MACROPROCESSOS DE APOIO Cadeia de Valor (Ato TRT7.GP 18/2020)	PROCESSOS AUDITÁVEIS Processos Críticos e Temas Obrigatórios (Anexo VIII da Resolução CSJT 296/2021)	Risco Associado à Imagem	P1.1.2	Interesse da Alta Administração	P2.1.2
	sustentabilidade		Pagamento de pessoal				
			Benefícios				
			Informações funcionais				
			Certificação digital				
			Saúde				
			Gestão de processos				
			Gestão de projetos				
			Gestão de riscos				
			Integridade				
Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária Promoção da Sustentabilidade e Garantia dos	O.E. 7 - Fortalecer a Governança e a Gestão Estratégica O.E. 2 - Promover o trabalho decente e a	Estratégia e governança	Estatística				
			Acessibilidade				
			Sustentabilidade				
			Gestão de processos				
			Gestão de projetos				
			Gestão de riscos				

MACRODESAFIOS DO PODER JUDICIÁRIO	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS PEI TRT7 2021-2026	MACROPROCESSOS DE APOIO Cadeia de Valor (Ato TRT7.GP 18/2020)	PROCESSOS AUDITÁVEIS Processos Críticos e Temas Obrigatórios (Anexo VIII da Resolução CSJT 296/2021)	Risco Associado à Imagem	P1.1.2	Interesse da Alta Administração	P2.1.2
Direitos Fundamentais	sustentabilidade de		Integridade				
Enfrentamento à Corrupção, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais.	O.E. 6 - Promover a integridade e a transparência em relação aos atos de gestão praticados	Infraestrutura e logística	Segurança				
			Transporte				
			Inteligência				
			Licitação e contratos				
			Pregões				
			Compras diretas				
			Controle patrimonial				
			Gestão e fiscalização de contratos, em especial de terceirização.				
			Obras e controle interno				
Fortalecimento da relação institucional do Judiciário com a sociedade e Garantia dos	O.E. 1 - Fortalecer a comunicação e as parcerias institucionais	Comunicação institucional	Comunicação Social				

MACRODESAFIOS DO PODER JUDICIÁRIO	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS PEI TRT7 2021-2026	MACROPROCESSOS DE APOIO Cadeia de Valor (Ato TRT7.GP 18/2020)	PROCESSOS AUDITÁVEIS Processos Críticos e Temas Obrigatórios (Anexo VIII da Resolução CSJT 296/2021)	Risco Associado à Imagem	P1.1.2	Interesse da Alta Administração	P2.1.2
Direitos Fundamentais							
Fortalecimento da estratégia nacional de TIC e de proteção de dados	O.E. 10 - Aprimorar a gestão, governança de TIC e a proteção de dados	Gestão de Tecnologia da Informação	Governança de TIC				
			Segurança da informação				
			Desenvolvimento				
			Infraestrutura				
			Atendimento				
			Gestão de processos				
			Gestão de projetos				
Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária Promoção da Sustentabilidade e Garantia dos	O.E. 9 - Aperfeiçoar a gestão orçamentária e financeira O.E. 7 - Fortalecer a Governança e a Gestão Estratégica O.E. 2 - Promover o trabalho decente e a	Gestão Orçamentária, financeira e contábil	Gestão orçamentária				
			Gestão contábil				
			Gestão Financeira				
			Gestão de Folha de Pagamento				
			Estatística				
			Gestão de processos				
			Gestão de projetos				

MACRODESAFIOS DO PODER JUDICIÁRIO	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS PEI TRT7 2021-2026	MACROPROCESSOS DE APOIO Cadeia de Valor (Ato TRT7.GP 18/2020)	PROCESSOS AUDITÁVEIS Processos Críticos e Temas Obrigatórios (Anexo VIII da Resolução CSJT 296/2021)	Risco Associado à Imagem	P1.1.2	Interesse da Alta Administração	P2.1.2
Direitos Fundamentais	sustentabilidade de		Gestão de riscos				
			Integridade				

ANEXO IV

Questionário PAA - Universo Auditável - Índice de Relevância

Gestão

Riscos associados à imagem do órgão: são aqueles que, em função da baixa maturidade dos controles instituídos e da alta probabilidade de ocorrência, podem expor indevidamente a imagem do órgão, prejudicando a credibilidade perante a população de maneira geral.

Exemplos: Irregularidades na execução de contratos e práticas em desconformidade às normas de sustentabilidade, superfaturamento ou má aplicação dos insumos (humanos ou materiais) adquiridos podem resultar na degradação da imagem do órgão perante a sociedade.

Interesse da Gestão: Indica o grau de desejo da Gestão na avaliação e no monitoramento de um determinado processo. Tais processos auditáveis levam em conta a expertise da Gestão em priorizar o que é mais importante para evitar danos significativos aos objetivos organizacionais do órgão.

MACRODESAFIOS DO PODER JUDICIÁRIO	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS PEI TRT7 2021-2026	MACROPROCESSOS DE APOIO Cadeia de Valor (Ato TRT7.GP 18/2020)	PROCESSOS AUDITÁVEIS Processos Críticos e Temas Obrigatórios (Anexo VIII da Resolução CSJT 296/2021)	Risco Associado à Imagem	P1.2.1	Interesse da Gestão	P2.2.1
Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária Promoção da Sustentabilidade e Garantia dos Direitos Fundamentais	O.E. 8 - Incrementar modelo de gestão de pessoas O.E. 7 - Fortalecer a Governança e a Gestão Estratégica O.E. 2 - Promover o trabalho decente e a sustentabilidade	Gestão de pessoas	Seleção				
			Ingresso e lotação de servidores				
			Acompanhamento e desenvolvimento de servidores				
			Desenvolvimento organizacional e de pessoas				
			Legislação de pessoal				
			Formação e capacitação				
			Pagamento de pessoal				

MACRODESAFIOS DO PODER JUDICIÁRIO	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS PEI TRT7 2021-2026	MACROPROCESSOS DE APOIO Cadeia de Valor (Ato TRT7.GP 18/2020)	PROCESSOS AUDITÁVEIS Processos Críticos e Temas Obrigatórios (Anexo VIII da Resolução CSJT 296/2021)	Risco Associado à Imagem	P1.2.1	Interesse da Gestão	P2.2.1
			Benefícios				
			Informações funcionais				
			Certificação digital				
			Saúde				
			Gestão de processos				
			Gestão de projetos				
			Gestão de riscos				
			Integridade				
Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária Promoção da Sustentabilidade e Garantia dos Direitos Fundamentais	O.E. 7 - Fortalecer a Governança e a Gestão Estratégica O.E. 2 - Promover o trabalho decente e a sustentabilidade de	Estratégia e governança	Estatística				
			Acessibilidade				
			Sustentabilidade				
			Gestão de processos				
			Gestão de projetos				
			Gestão de riscos				
Integridade							

MACRODESAFIOS DO PODER JUDICIÁRIO	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS PEI TRT7 2021-2026	MACROPROCESSOS DE APOIO Cadeia de Valor (Ato TRT7.GP 18/2020)	PROCESSOS AUDITÁVEIS Processos Críticos e Temas Obrigatórios (Anexo VIII da Resolução CSJT 296/2021)	Risco Associado à Imagem	P1.2.1	Interesse da Gestão	P2.2.1
Enfrentamento à Corrupção, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais.	O.E. 6 - Promover a integridade e a transparência em relação aos atos de gestão praticados	Infraestrutura e logística	Segurança				
			Transporte				
			Inteligência				
			Licitação e contratos				
			Pregões				
			Compras diretas				
			Controle patrimonial				
			Gestão e fiscalização de contratos, em especial de terceirização.				
			Obras e controle interno				
Gestão de manutenção e serviços							
Fortalecimento da relação institucional do Judiciário com a sociedade e Garantia dos Direitos Fundamentais	O.E. 1 - Fortalecer a comunicação e as parcerias institucionais	Comunicação institucional	Comunicação Social				

MACRODESAFIOS DO PODER JUDICIÁRIO	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS PEI TRT7 2021-2026	MACROPROCESSOS DE APOIO Cadeia de Valor (Ato TRT7.GP 18/2020)	PROCESSOS AUDITÁVEIS Processos Críticos e Temas Obrigatórios (Anexo VIII da Resolução CSJT 296/2021)	Risco Associado à Imagem	P1.2.1	Interesse da Gestão	P2.2.1
Fortalecimento da estratégia nacional de TIC e de proteção de dados	O.E. 10 - Aprimorar a gestão, governança de TIC e a proteção de dados	Gestão de Tecnologia da Informação	Governança de TIC				
			Segurança da informação				
			Desenvolvimento				
			Infraestrutura				
			Atendimento				
			Gestão de processos				
			Gestão de projetos				
Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária Promoção da Sustentabilidade e Garantia dos	O.E. 9 - Aperfeiçoar a gestão orçamentária e financeira O.E. 7 - Fortalecer a Governança e a Gestão Estratégica O.E. 2 - Promover o trabalho	Gestão Orçamentária, financeira e contábil	Gestão orçamentária				
			Gestão contábil				
			Gestão Financeira				
			Gestão de Folha de Pagamento				
			Estatística				
			Gestão de processos				

MACRODESAFIOS DO PODER JUDICIÁRIO	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS PEI TRT7 2021-2026	MACROPROCESSOS DE APOIO Cadeia de Valor (Ato TRT7.GP 18/2020)	PROCESSOS AUDITÁVEIS Processos Críticos e Temas Obrigatórios (Anexo VIII da Resolução CSJT 296/2021)	Risco Associado à Imagem	P1.2.1	Interesse da Gestão	P2.2.1
Direitos Fundamentais	decente e a sustentabilidade		Gestão de projetos				
			Gestão de riscos				
			Integridade				

ANEXO V

Questionário PAA - Universo Auditável - Índice de Relevância

Auditoria

Riscos associados à imagem do órgão: são aqueles que, em função da baixa maturidade dos controles instituídos e da alta probabilidade de ocorrência, podem expor indevidamente a imagem do órgão, prejudicando a credibilidade perante a população de maneira geral.

Exemplos: Irregularidades na execução de contratos e práticas em desconformidade às normas de sustentabilidade, superfaturamento ou má aplicação dos insumos (humanos ou materiais) adquiridos podem resultar na degradação da imagem do órgão perante a sociedade.

Interesse da Auditoria: Indica o grau de desejo da Auditoria na avaliação e no monitoramento de um determinado processo. Tais processos auditáveis levam em conta a expertise da Auditoria em priorizar o que é mais importante para evitar danos significativos aos objetivos organizacionais do órgão.

MACRODESAFIOS DO PODER JUDICIÁRIO	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS PEI TRT7 2021-2026	MACROPROCESSOS DE APOIO Cadeia de Valor (Ato TRT7.GP 18/2020)	PROCESSOS AUDITÁVEIS Processos Críticos e Temas Obrigatórios (Anexo VIII da Resolução CSJT 296/2021)	Interesse da Auditoria	P2.3
Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas	O.E. 8 - Incrementar modelo	Gestão de pessoas	Seleção		

MACRODESAFIOS DO PODER JUDICIÁRIO	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS PEI TRT7 2021-2026	MACROPROCESSOS DE APOIO Cadeia de Valor (Ato TRT7.GP 18/2020)	PROCESSOS AUDITÁVEIS Processos Críticos e Temas Obrigatórios (Anexo VIII da Resolução CSJT 296/2021)	Interesse da Auditoria	P2.3
Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária Promoção da Sustentabilidade e Garantia dos Direitos Fundamentais	de gestão de pessoas O.E. 7 - Fortalecer a Governança e a Gestão Estratégica O.E. 2 - Promover o trabalho decente e a sustentabilidade		Ingresso e lotação de servidores		
			Acompanhamento e desenvolvimento de servidores		
			Desenvolvimento organizacional e de pessoas		
			Legislação de pessoal		
			Formação e capacitação		
			Pagamento de pessoal		
			Benefícios		
			Informações funcionais		
			Certificação digital		
			Saúde		
			Gestão de processos		
			Gestão de projetos		
			Gestão de riscos		
Integridade					
Aperfeiçoamento da Gestão	O.E. 7 - Fortalecer a	Estratégia e governança	Estatística		

MACRODESAFIOS DO PODER JUDICIÁRIO	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS PEI TRT7 2021-2026	MACROPROCESSOS DE APOIO Cadeia de Valor (Ato TRT7.GP 18/2020)	PROCESSOS AUDITÁVEIS Processos Críticos e Temas Obrigatórios (Anexo VIII da Resolução CSJT 296/2021)	Interesse da Auditoria	P2.3
Administrativa e da Governança Judiciária Promoção da Sustentabilidade e Garantia dos Direitos Fundamentais	Governança e a Gestão Estratégica O.E. 2 - Promover o trabalho decente e a sustentabilidade		Acessibilidade		
			Sustentabilidade		
			Gestão de processos		
			Gestão de projetos		
			Gestão de riscos		
			Integridade		
Enfrentamento à Corrupção, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais.	O.E. 6 - Promover a integridade e a transparência em relação aos atos de gestão praticados	Infraestrutura e logística	Segurança		
			Transporte		
			Inteligência		
			Licitação e contratos		
			Pregões		
			Compras diretas		
			Controle patrimonial		
			Gestão e fiscalização de contratos, em especial de terceirização.		
			Obras e controle interno		

MACRODESAFIOS DO PODER JUDICIÁRIO	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS PEI TRT7 2021-2026	MACROPROCESSOS DE APOIO Cadeia de Valor (Ato TRT7.GP 18/2020)	PROCESSOS AUDITÁVEIS Processos Críticos e Temas Obrigatórios (Anexo VIII da Resolução CSJT 296/2021)	Interesse da Auditoria	P2.3
			Gestão de manutenção e serviços		
Fortalecimento da relação institucional do Judiciário com a sociedade e Garantia dos Direitos Fundamentais	O.E. 1 - Fortalecer a comunicação e as parcerias institucionais	Comunicação institucional	Comunicação Social		
Fortalecimento da estratégia nacional de TIC e de proteção de dados	O.E. 10 - Aprimorar a gestão, governança de TIC e a proteção de dados	Gestão de Tecnologia da Informação	Governança de TIC		
			Segurança da informação		
			Desenvolvimento		
			Infraestrutura		
			Atendimento		
			Gestão de processos		
			Gestão de projetos		
Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e	O.E. 9 - Aperfeiçoar a gestão	Gestão Orçamentária, financeira e contábil	Gestão orçamentária		

MACRODESAFIOS DO PODER JUDICIÁRIO	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS PEI TRT7 2021-2026	MACROPROCESSOS DE APOIO Cadeia de Valor (Ato TRT7.GP 18/2020)	PROCESSOS AUDITÁVEIS Processos Críticos e Temas Obrigatórios (Anexo VIII da Resolução CSJT 296/2021)	Interesse da Auditoria	P2.3
Financeira Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária Promoção da Sustentabilidade e Garantia dos Direitos Fundamentais	orçamentária e financeira O.E. 7 - Fortalecer a Governança e a Gestão Estratégica O.E. 2 - Promover o trabalho decente e a sustentabilidade		Gestão contábil		
			Gestão Financeira		
			Gestão de Folha de Pagamento		
			Estatística		
			Gestão de processos		
			Gestão de projetos		
			Gestão de riscos		
			Integridade		

ANEXO VI

Universo Auditável - Índice de Relevância

				ÍNDICE DE RELEVÂNCIA						
				Interesse			Danos à Imagem do Órgão		Aderência aos Objetivos Estratégicos	ÍNDICE DE RELEVÂNCIA - IRev
MACRODESAFIOS DO PODER JUDICIÁRIO	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS PEI TRT7 2021-2026	MACROPROCESSOS DE APOIO Cadeia de Valor (Ato TRT7.GP 18/2020)	PROCESSOS AUDITÁVEIS Processos Críticos e Temáticas Obrigatórios (Anexo VIII da Resolução CSJT 296/2021)	Interesse da Alta Administração - TOTAL P2.1	Interesse da Gestão - TOTAL P2.2	Interesse da Auditoria - TOTAL P2.3	Alta Administração - TOTAL P1.1	Gestão - TOTAL P1.2	Alta Administração - TOTAL P3	
Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária Promoção da Sustentabilidade e Garantia dos Direitos Fundamentais	O.E. 8 - Incrementar modelo de gestão de pessoas O.E. 7 - Fortalecer a Governança e a Gestão Estratégica O.E. 2 - Promover o trabalho decente e a	Gestão de pessoas	Seleção							
			Ingresso e lotação de servidores							
			Acompanhamento e desenvolvimento de servidores							
			Desenvolvimento organizacional e de pessoas							
			Legislação de pessoal							

				ÍNDICE DE RELEVÂNCIA							ÍNDICE DE RELEVÂNCIA - IRev
				Interesse			Danos à Imagem do Órgão		Aderência aos Objetivos Estratégicos		
MACRODESAFIOS DO PODER JUDICIÁRIO	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS PEI TRT7 2021-2026	MACROPROCESSOS DE APOIO DE APOIO Cadeia de Valor (Ato TRT7.GP 18/2020)	PROCESSOS AUDITÁVEIS Processos Críticos e Temáticas Obrigatórios (Anexo VIII da Resolução CSJT 296/2021)	Interesse da Alta Administração - TOTAL P2.1	Interesse da Gestão - TOTAL P2.2	Interesse da Auditoria - TOTAL P2.3	Alta Administração - TOTAL P1.1	Gestão - TOTAL P1.2	Alta Administração - TOTAL P3		
	sustentabilidade		Formação e capacitação								
			Pagamento de pessoal								
			Benefícios								
			Informações funcionais								
			Certificação digital								
			Saúde								
			Gestão de processos								
			Gestão de projetos								
			Gestão de riscos								

				ÍNDICE DE RELEVÂNCIA						
				Interesse			Danos à Imagem do Órgão		Aderência aos Objetivos Estratégicos	ÍNDICE DE RELEVÂNCIA - IRev
MACRODESAFIOS DO PODER JUDICIÁRIO	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS PEI TRT7 2021-2026	MACROPROCESSOS DE APOIO DE APOIO Cadeia de Valor (Ato TRT7.GP 18/2020)	PROCESSOS AUDITÁVEIS Processos Críticos e Temáticas Obrigatórios (Anexo VIII da Resolução CSJT 296/2021)	Interesse da Alta Administração - TOTAL P2.1	Interesse da Gestão - TOTAL P2.2	Interesse da Auditoria - TOTAL P2.3	Alta Administração - TOTAL P1.1	Gestão - TOTAL P1.2	Alta Administração - TOTAL P3	
			Integridade							
Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária Promoção da Sustentabilidade e Garantia dos Direitos Fundamentais	O.E. 7 - Fortalecer a Governança e a Gestão Estratégica O.E. 2 - Promover o trabalho decente e a sustentabilidade	Estratégia e governança	Estatística							
			Acessibilidade							
			Sustentabilidade							
			Gestão de processos							
			Gestão de projetos							
			Gestão de riscos							
			Integridade							
Enfrentamento à Corrupção, à	O.E. 6 - Promover a	Infraestrutura e logística	Segurança							

				ÍNDICE DE RELEVÂNCIA						
				Interesse			Danos à Imagem do Órgão		Aderência aos Objetivos Estratégicos	ÍNDICE DE RELEVÂNCIA - IRev
MACRODESAFIOS DO PODER JUDICIÁRIO	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS PEI TRT7 2021-2026	MACROPROCESSOS DE APOIO DE APOIO Cadeia de Valor (Ato TRT7.GP 18/2020)	PROCESSOS AUDITÁVEIS Processos Críticos e Temáticas Obrigatórios (Anexo VIII da Resolução CSJT 296/2021)	Interesse da Alta Administração - TOTAL P2.1	Interesse da Gestão - TOTAL P2.2	Interesse da Auditoria - TOTAL P2.3	Alta Administração - TOTAL P1.1	Gestão - TOTAL P1.2	Alta Administração - TOTAL P3	
improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais.	integridade e a transparência em relação aos atos de gestão praticados		Transporte							
			Inteligência							
			Licitação e contratos							
			Pregões							
			Compras diretas							
			Controle patrimonial							

				ÍNDICE DE RELEVÂNCIA						
				Interesse			Danos à Imagem do Órgão		Aderência aos Objetivos Estratégicos	ÍNDICE DE RELEVÂNCIA - IRev
MACRODESAFIOS DO PODER JUDICIÁRIO	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS PEI TRT7 2021-2026	MACROPROCESSOS DE APOIO DE APOIO Cadeia de Valor (Ato TRT7.GP 18/2020)	PROCESSOS AUDITÁVEIS Processos Críticos e Temáticas Obrigatórios (Anexo VIII da Resolução CSJT 296/2021)	Interesse da Alta Administração - TOTAL P2.1	Interesse da Gestão - TOTAL P2.2	Interesse da Auditoria - TOTAL P2.3	Alta Administração - TOTAL P1.1	Gestão - TOTAL P1.2	Alta Administração - TOTAL P3	
			Gestão e fiscalização de contratos, em especial de terceirização.							
			Obras e controle interno							
			Gestão de manutenção e serviços							
Fortalecimento da relação institucional do Judiciário com a sociedade e	O.E. 1 - Fortalecer a comunicação e as parcerias	Comunicação institucional	Comunicação Social							

				ÍNDICE DE RELEVÂNCIA						
				Interesse			Danos à Imagem do Órgão		Aderência aos Objetivos Estratégicos	ÍNDICE DE RELEVÂNCIA - IRev
MACRODESAFIOS DO PODER JUDICIÁRIO	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS PEI TRT7 2021-2026	MACROPROCESSOS DE APOIO DE APOIO Cadeia de Valor (Ato TRT7.GP 18/2020)	PROCESSOS AUDITÁVEIS Processos Críticos e Temáticas Obrigatórios (Anexo VIII da Resolução CSJT 296/2021)	Interesse da Alta Administração - TOTAL P2.1	Interesse da Gestão - TOTAL P2.2	Interesse da Auditoria - TOTAL P2.3	Alta Administração - TOTAL P1.1	Gestão - TOTAL P1.2	Alta Administração - TOTAL P3	
Garantia dos Direitos Fundamentais	institucionais									
Fortalecimento da estratégia nacional de TIC e de proteção de dados	O.E. 10 - Aprimorar a gestão, governança de TIC e a proteção de dados	Gestão de Tecnologia da Informação	Governança de TIC							
			Segurança da informação							
			Desenvolvimento							
			Infraestrutura							
			Atendimento							

				ÍNDICE DE RELEVÂNCIA						
				Interesse			Danos à Imagem do Órgão		Aderência aos Objetivos Estratégicos	ÍNDICE DE RELEVÂNCIA - IRev
MACRODESAFIOS DO PODER JUDICIÁRIO	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS PEI TRT7 2021-2026	MACROPROCESSOS DE APOIO DE APOIO Cadeia de Valor (Ato TRT7.GP 18/2020)	PROCESSOS AUDITÁVEIS Processos Críticos e Temáticas Obrigatórios (Anexo VIII da Resolução CSJT 296/2021)	Interesse da Alta Administração - TOTAL P2.1	Interesse da Gestão - TOTAL P2.2	Interesse da Auditoria - TOTAL P2.3	Alta Administração - TOTAL P1.1	Gestão - TOTAL P1.2	Alta Administração - TOTAL P3	
			Gestão de processos							
			Gestão de projetos							
Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária Promoção da Sustentabilidade e Garantia	O.E. 9 - Aperfeiçoar a gestão orçamentária e financeira O.E. 7 - Fortalecer a Governança e a Gestão Estratégica O.E. 2 - Promover o trabalho decente e a	Gestão Orçamentária, financeira e contábil	Gestão orçamentária							
			Gestão contábil							
			Gestão Financeira							
			Gestão de Folha de Pagamento							
			Estatística							
			Gestão de processos							

				ÍNDICE DE RELEVÂNCIA						
				Interesse			Danos à Imagem do Órgão		Aderência aos Objetivos Estratégicos	ÍNDICE DE RELEVÂNCIA - IRev
MACRODESAFIOS DO PODER JUDICIÁRIO	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS PEI TRT7 2021-2026	MACROPROCESSOS DE APOIO DE APOIO Cadeia de Valor (Ato TRT7.GP 18/2020)	PROCESSOS AUDITÁVEIS Processos Críticos e Temáticas Obrigatórios (Anexo VIII da Resolução CSJT 296/2021)	Interesse da Alta Administração - TOTAL P2.1	Interesse da Gestão - TOTAL P2.2	Interesse da Auditoria - TOTAL P2.3	Alta Administração - TOTAL P1.1	Gestão - TOTAL P1.2	Alta Administração - TOTAL P3	
dos Direitos Fundamentais	sustentabilidade		Gestão de projetos							
			Gestão de riscos							
			Integridade							

ANEXO VII

Questionário PAA - Universo Auditável - Índice de Autoavaliação de Controles

Gestão

		AMBIENTE DE CONTROLE											
MACROPROCESSOS DE APOIO Cadeia de Valor (Ato TRT7.GP 18/2020)	PROCESSOS AUDITÁVEIS Processos Críticos e Temáticas Obrigatórias (Anexo VIII da Resolução CSJT 296/2021)	O setor possui controles instituídos como supervisão padronizada de procedimentos, sistemas informatizados, checklist, dupla checagem, entre outros?	P4.1.1	Como os mecanismos de controles internos são conhecidos e compreendidos pelos servidores do setor?	P4.1.2	Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pelo setor?	P4.1.3	A comunicação dentro do setor é adequada e eficiente?	P4.1.4	Os procedimentos e rotinas pertinentes à execução da atividade do setor estão adequadamente formalizados?	P4.1.5	Os documentos (questionários, checklists, planilhas, etc.) padronizados para as atividades desenvolvidas no setor são revisados?	P4.1.6
Gestão de pessoas	Seleção												
	Ingresso e lotação de servidores												
	Acompanhamento e desenvolvimento												

AMBIENTE DE CONTROLE													
MACROPROCESSOS DE APOIO Cadeia de Valor (Ato TRT7.GP 18/2020)	PROCESSOS AUDITÁVEIS Processos Críticos e Temáticas Obrigatórias (Anexo VIII da Resolução CSJT 296/2021)	O setor possui controles instituídos como supervisão padronizada de procedimentos, sistemas informatizados, checklist, dupla checagem, entre outros?	P4.1.1	Como os mecanismos de controles internos são conhecidos e compreendidos pelos servidores do setor?	P4.1.2	Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pelo setor?	P4.1.3	A comunicação dentro do setor é adequada e eficiente?	P4.1.4	Os procedimentos e rotinas pertinentes à execução da atividade do setor estão adequadamente formalizados?	P4.1.5	Os documentos (questionários, checklists, planilhas, etc.) padronizados para as atividades desenvolvidas no setor são revisados?	P4.1.6
	ento de servidores												
	Desenvolvimento organizacional e de pessoas												
	Legislação de pessoal												
	Formação e capacitação												
	Pagamento de pessoal												
	Benefícios												

AMBIENTE DE CONTROLE													
MACROPROCESSOS DE APOIO Cadeia de Valor (Ato TRT7.GP 18/2020)	PROCESSOS AUDITÁVEIS Processos Críticos e Temáticas Obrigatórias (Anexo VIII da Resolução CSJT 296/2021)	O setor possui controles instituídos como supervisão padronizada de procedimentos, sistemas informatizados, checklist, dupla checagem, entre outros?	P4.1.1	Como os mecanismos de controles internos são conhecidos e compreendidos pelos servidores do setor?	P4.1.2	Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pelo setor?	P4.1.3	A comunicação dentro do setor é adequada e eficiente?	P4.1.4	Os procedimentos e rotinas pertinentes à execução da atividade do setor estão adequadamente formalizados?	P4.1.5	Os documentos (questionários, checklists, planilhas, etc.) padronizados para as atividades desenvolvidas no setor são revisados?	P4.1.6
	Informações funcionais												
	Certificação digital												
	Saúde												
	Gestão de processos												
	Gestão de projetos												
	Gestão de riscos												
	Integridade												

		AMBIENTE DE CONTROLE											
MACROPROCESSOS DE APOIO Cadeia de Valor (Ato TRT7.GP 18/2020)	PROCESSOS AUDITÁVEIS Processos Críticos e Temáticas Obrigatórias (Anexo VIII da Resolução CSJT 296/2021)	O setor possui controles instituídos como supervisão padronizada de procedimentos, sistemas informatizados, checklist, dupla checagem, entre outros?	P4.1.1	Como os mecanismos de controles internos são conhecidos e compreendidos pelos servidores do setor?	P4.1.2	Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pelo setor?	P4.1.3	A comunicação dentro do setor é adequada e eficiente?	P4.1.4	Os procedimentos e rotinas pertinentes à execução da atividade do setor estão adequadamente formalizados?	P4.1.5	Os documentos (questionários, checklists, planilhas, etc.) padronizados para as atividades desenvolvidas no setor são revisados?	P4.1.6
Estratégia e governança	Estatística												
	Acessibilidade												
	Sustentabilidade												
	Gestão de processos												
	Gestão de projetos												
	Gestão de riscos												
	Integridade												

AMBIENTE DE CONTROLE													
MACROPROCESSOS DE APOIO Cadeia de Valor (Ato TRT7.GP 18/2020)	PROCESSOS AUDITÁVEIS Processos Críticos e Temáticas Obrigatórias (Anexo VIII da Resolução CSJT 296/2021)	O setor possui controles instituídos como supervisão padronizada de procedimentos, sistemas informatizados, checklist, dupla checagem, entre outros?	P4.1.1	Como os mecanismos de controles internos são conhecidos e compreendidos pelos servidores do setor?	P4.1.2	Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pelo setor?	P4.1.3	A comunicação dentro do setor é adequada e eficiente?	P4.1.4	Os procedimentos e rotinas pertinentes à execução da atividade do setor estão adequadamente formalizados?	P4.1.5	Os documentos (questionários, checklists, planilhas, etc.) padronizados para as atividades desenvolvidas no setor são revisados?	P4.1.6
Infraestrutura e logística	Segurança												
	Transporte												
	Inteligência												
	Licitação e contratos												
	Pregões												
	Compras diretas												
	Controle patrimonial												
	Gestão e fiscalização de												

AMBIENTE DE CONTROLE													
MACROPROCESSOS DE APOIO Cadeia de Valor (Ato TRT7.GP 18/2020)	PROCESSOS AUDITÁVEIS Processos Críticos e Temáticas Obrigatórias (Anexo VIII da Resolução CSJT 296/2021)	O setor possui controles instituídos como supervisão padronizada de procedimentos, sistemas informatizados, checklist, dupla checagem, entre outros?	P4.1.1	Como os mecanismos de controles internos são conhecidos e compreendidos pelos servidores do setor?	P4.1.2	Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pelo setor?	P4.1.3	A comunicação dentro do setor é adequada e eficiente?	P4.1.4	Os procedimentos e rotinas pertinentes à execução da atividade do setor estão adequadamente formalizados?	P4.1.5	Os documentos (questionários, checklists, planilhas, etc.) padronizados para as atividades desenvolvidas no setor são revisados?	P4.1.6
	contratos, em especial de terceirização.												
	Obras e controle interno												
	Gestão de manutenção e serviços												

AMBIENTE DE CONTROLE													
MACROPROCESSOS DE APOIO Cadeia de Valor (Ato TRT7.GP 18/2020)	PROCESSOS AUDITÁVEIS Processos Críticos e Temáticas Obrigatórias (Anexo VIII da Resolução CSJT 296/2021)	O setor possui controles instituídos como supervisão padronizada de procedimentos, sistemas informatizados, checklist, dupla checagem, entre outros?	P4.1.1	Como os mecanismos de controles internos são conhecidos e compreendidos pelos servidores do setor?	P4.1.2	Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pelo setor?	P4.1.3	A comunicação dentro do setor é adequada e eficiente?	P4.1.4	Os procedimentos e rotinas pertinentes à execução da atividade do setor estão adequadamente formalizados?	P4.1.5	Os documentos (questionários, checklists, planilhas, etc.) padronizados para as atividades desenvolvidas no setor são revisados?	P4.1.6
Comunicação institucional	Comunicação Social												
Gestão de Tecnologia da Informação	Governança de TIC												

AMBIENTE DE CONTROLE													
MACROPROCESSOS DE APOIO Cadeia de Valor (Ato TRT7.GP 18/2020)	PROCESSOS AUDITÁVEIS Processos Críticos e Temáticas Obrigatórias (Anexo VIII da Resolução CSJT 296/2021)	O setor possui controles instituídos como supervisão padronizada de procedimentos, sistemas informatizados, checklist, dupla checagem, entre outros?	P4.1.1	Como os mecanismos de controles internos são conhecidos e compreendidos pelos servidores do setor?	P4.1.2	Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pelo setor?	P4.1.3	A comunicação dentro do setor é adequada e eficiente?	P4.1.4	Os procedimentos e rotinas pertinentes à execução da atividade do setor estão adequadamente formalizados?	P4.1.5	Os documentos (questionários, checklists, planilhas, etc.) padronizados para as atividades desenvolvidas no setor são revisados?	P4.1.6
	Segurança da informação												
	Desenvolvimento												
	Infraestrutura												
	Atendimento												
	Gestão de processos												

AMBIENTE DE CONTROLE													
MACROPROCESSOS DE APOIO Cadeia de Valor (Ato TRT7.GP 18/2020)	PROCESSOS AUDITÁVEIS Processos Críticos e Temáticas Obrigatórias (Anexo VIII da Resolução CSJT 296/2021)	O setor possui controles instituídos como supervisão padronizada de procedimentos, sistemas informatizados, checklist, dupla checagem, entre outros?	P4.1.1	Como os mecanismos de controles internos são conhecidos e compreendidos pelos servidores do setor?	P4.1.2	Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pelo setor?	P4.1.3	A comunicação dentro do setor é adequada e eficiente?	P4.1.4	Os procedimentos e rotinas pertinentes à execução da atividade do setor estão adequadamente formalizados?	P4.1.5	Os documentos (questionários, checklists, planilhas, etc.) padronizados para as atividades desenvolvidas no setor são revisados?	P4.1.6
	Gestão de projetos												
Gestão Orçamentária, financeira e contábil	Gestão orçamentária												
	Gestão contábil												
	Gestão Financeira												
	Gestão de Folha de Pagamento												

AMBIENTE DE CONTROLE													
MACROPROCESSOS DE APOIO Cadeia de Valor (Ato TRT7.GP 18/2020)	PROCESSOS AUDITÁVEIS Processos Críticos e Temáticas Obrigatórias (Anexo VIII da Resolução CSJT 296/2021)	O setor possui controles instituídos como supervisão padronizada de procedimentos, sistemas informatizados, checklist, dupla checagem, entre outros?	P4.1.1	Como os mecanismos de controles internos são conhecidos e compreendidos pelos servidores do setor?	P4.1.2	Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pelo setor?	P4.1.3	A comunicação dentro do setor é adequada e eficiente?	P4.1.4	Os procedimentos e rotinas pertinentes à execução da atividade do setor estão adequadamente formalizados?	P4.1.5	Os documentos (questionários, checklists, planilhas, etc.) padronizados para as atividades desenvolvidas no setor são revisados?	P4.1.6
	Estatística												
	Gestão de processos												
	Gestão de projetos												
	Gestão de riscos												
	Integridade												

AMBIENTE DE CONTROLE	AVALIAÇÃO DE RISCOS
----------------------	---------------------

MACROPROCESSOS DE APOIO Cadeia de Valor (Ato TRT7.GP 18/2020)	PROCESSOS AUDITÁVEIS Processos Críticos e Temáticas Obrigatórias (Anexo VIII da Resolução CSJT 296/2021)	Os servidores do setor possuem o conhecimento e treinamento para cumprir suas obrigações/atribuições?	P4.1.7	O setor possui objetivos e metas formalizados?	P4.2.1	Existem mecanismos para prevenir, identificar e reagir a eventos que possam afetar o alcance dos objetivos?	P4.2.2	Existem indicadores de desempenho para o alcance dos objetivos do setor?	P4.2.3	Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerarem informações úteis à tomada de decisão?	P4.2.4	A avaliação de riscos é feita de forma periódica, de modo a identificar mudanças no perfil de risco dos principais processos associados ao setor?	P4.2.5
Gestão de pessoas	Seleção												
	Ingresso e lotação de servidores												
	Acompanhamento e desenvolvimento de servidores												
	Desenvolvimento organizacional e de pessoas												
	Legislação de pessoal												

	Formação e capacitação													
	Pagamento de pessoal													
	Benefícios													
	Informações funcionais													
	Certificação o digital													
	Saúde													
	Gestão de processos													
	Gestão de projetos													
	Gestão de riscos													
	Integridade													
Estratégia e governança	Estatística													
	Acessibilidade													
	Sustentabilidade													
	Gestão de processos													
	Gestão de projetos													
	Gestão de riscos													
	Integridade													

Infraestrut ura e logística	Segurança												
	Transporte												
	Inteligênci a												
	Licitação e contratos												
	Pregões												
	Compras diretas												
	Controle patrimonial												
	Gestão e fiscalizaçã o de contratos, em especial de terceirizaç ão.												
	Obras e controle interno												
Gestão de manutenção e serviços													

Comunicação institucional	Comunicação Social												
Gestão de Tecnologia da Informação	Governança de TIC												
	Segurança da informação												
	Desenvolvimento												
	Infraestrutura												
	Atendimento												
	Gestão de processos												
	Gestão de projetos												
Gestão Orçamentária, financeira e contábil	Gestão orçamentária												
	Gestão contábil												
	Gestão Financeira												
	Gestão de Folha de Pagamento												

	Estatística												
	Gestão de processos												
	Gestão de projetos												
	Gestão de riscos												
	Integridade												

		PROCEDIMENTOS DE CONTROLE							INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO				
MACROPROCESSOS DE APOIO Cadeia de Valor (Ato TRT7.GP 18/2020)	PROCESSOS AUDITÁVEIS Processos Críticos e Temáticas Obrigatórias (Anexo VIII da Resolução CSJT 296/2021)	Para cada um dos riscos identificados, o setor implementou mecanismos de controle que minimizam a probabilidade de os objetivos da atividade não serem alcançados?	P4.3.1	As atividades de controle são implementadas de maneira ponderada, consciente e consistente, considerando, entre outras questões, a relação custo/benefício do controle?	P4.3.2	Há normatização interna organizando a divisão de tarefas e responsabilidades de cada servidor?	P4.3.3	O setor dispõe de instrumentos/rotinas de conformidade e de conferência que permitam se certificar de que os mecanismos de controle são adequados?	P4.3.4	O setor fornece as informações que lhe são solicitadas de forma prática e tempestiva?	P4.4.1	O setor controla os documentos recebidos e produzidos?	P4.4.2
Gestão de pessoas	Seleção												

		PROCEDIMENTOS DE CONTROLE								INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO			
MACROPROCESSOS DE APOIO Cadeia de Valor (Ato TRT7.GP 18/2020)	PROCESSOS AUDITÁVEIS Processos Críticos e Temáticas Obrigatórias (Anexo VIII da Resolução CSJT 296/2021)	Para cada um dos riscos identificados, o setor implementou mecanismos de controle que minimizam a probabilidade de os objetivos da atividades não serem alcançados?	P4.3.1	As atividades de controle são implementadas de maneira ponderada, consciente e consistente, considerando, entre outras questões, a relação custo/benefício do controle?	P4.3.2	Há normatização interna organizando a divisão de tarefas e responsabilidades de cada servidor?	P4.3.3	O setor dispõe de instrumentos/rotinas de conformidade e de conferência que permitam se certificar de que os mecanismos de controle são adequados?	P4.3.4	O setor fornece as informações que lhe são solicitadas de forma prática e tempestiva?	P4.4.1	O setor controla os documentos recebidos e produzidos?	P4.4.2
	Ingresso e lotação de servidores												
	Acompanhamento e desenvolvimento de servidores												
	Desenvolvimento organizacional e de pessoas												

		PROCEDIMENTOS DE CONTROLE								INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO			
MACROPROCESSOS DE APOIO Cadeia de Valor (Ato TRT7.GP 18/2020)	PROCESSOS AUDITÁVEIS Processos Críticos e Temáticas Obrigatórias (Anexo VIII da Resolução CSJT 296/2021)	Para cada um dos riscos identificados, o setor implementou mecanismos de controle que minimizam a probabilidade de os objetivos da atividades não serem alcançados?	P4.3.1	As atividades de controle são implementadas de maneira ponderada, consciente e consistente, considerando, entre outras questões, a relação custo/benefício do controle?	P4.3.2	Há normatização interna organizando a divisão de tarefas e responsabilidades de cada servidor?	P4.3.3	O setor dispõe de instrumentos/rotinas de conformidade e de conferências que permitam se certificar de que os mecanismos de controle são adequados?	P4.3.4	O setor fornece as informações que lhe são solicitadas de forma prática e tempestiva?	P4.4.1	O setor controla os documentos recebidos e produzidos?	P4.4.2
	Legislação de pessoal												
	Formação e capacitação												
	Pagamento de pessoal												
	Benefícios												
	Informações funcionais												
	Certificação digital												

		PROCEDIMENTOS DE CONTROLE								INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO			
MACROPROCESSOS DE APOIO Cadeia de Valor (Ato TRT7.GP 18/2020)	PROCESSOS AUDITÁVEIS Processos Críticos e Temáticas Obrigatórias (Anexo VIII da Resolução CSJT 296/2021)	Para cada um dos riscos identificados, o setor implementou mecanismos de controle que minimizam a probabilidade de os objetivos da atividades não serem alcançados?	P4.3.1	As atividades de controle são implementadas de maneira ponderada, consciente e consistente, considerando, entre outras questões, a relação custo/benefício do controle?	P4.3.2	Há normatização interna organizando a divisão de tarefas e responsabilidades de cada servidor?	P4.3.3	O setor dispõe de instrumentos/rotinas de conformidade e de conferências que permitam se certificar de que os mecanismos de controle são adequados?	P4.3.4	O setor fornece as informações que lhe são solicitadas de forma prática e tempestiva?	P4.4.1	O setor controla os documentos recebidos e produzidos?	P4.4.2
	Saúde												
	Gestão de processos												
	Gestão de projetos												
	Gestão de riscos												
	Integridade												

		PROCEDIMENTOS DE CONTROLE								INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO			
MACROPROCESSOS DE APOIO Cadeia de Valor (Ato TRT7.GP 18/2020)	PROCESSOS AUDITÁVEIS Processos Críticos e Temáticas Obrigatórias (Anexo VIII da Resolução CSJT 296/2021)	Para cada um dos riscos identificados, o setor implementou mecanismos de controle que minimizam a probabilidade de os objetivos da atividades não serem alcançados?	P4.3.1	As atividades de controle são implementadas de maneira ponderada, consciente e consistente, considerando, entre outras questões, a relação custo/benefício do controle?	P4.3.2	Há normatização interna organizando a divisão de tarefas e responsabilidades de cada servidor?	P4.3.3	O setor dispõe de instrumentos/rotinas de conformidade e de conferência que permitam se certificar de que os mecanismos de controle são adequados?	P4.3.4	O setor fornece as informações que lhe são solicitadas de forma prática e tempestiva?	P4.4.1	O setor controla os documentos recebidos e produzidos?	P4.4.2
Estratégia e governança	Estatística												
	Acessibilidade												
	Sustentabilidade												
	Gestão de processos												
	Gestão de projetos												
	Gestão de riscos												

		PROCEDIMENTOS DE CONTROLE								INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO			
MACROPROCESSOS DE APOIO Cadeia de Valor (Ato TRT7.GP 18/2020)	PROCESSOS AUDITÁVEIS Processos Críticos e Temáticas Obrigatórias (Anexo VIII da Resolução CSJT 296/2021)	Para cada um dos riscos identificados, o setor implementou mecanismos de controle que minimizam a probabilidade de os objetivos da atividades não serem alcançados?	P4.3.1	As atividades de controle são implementadas de maneira ponderada, consciente e consistente, considerando, entre outras questões, a relação custo/benefício do controle?	P4.3.2	Há normatização interna organizando a divisão de tarefas e responsabilidades de cada servidor?	P4.3.3	O setor dispõe de instrumentos/rotinas de conformidade e de conferências que permitam se certificar de que os mecanismos de controle são adequados?	P4.3.4	O setor fornece as informações que lhe são solicitadas de forma prática e tempestiva?	P4.4.1	O setor controla os documentos recebidos e produzidos?	P4.4.2
	Integridade												
Infraestrutura e logística	Segurança												
	Transporte												
	Inteligência												
	Licitação e contratos												
	Pregões												
	Compras diretas												

		PROCEDIMENTOS DE CONTROLE								INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO			
MACROPROCESSOS DE APOIO Cadeia de Valor (Ato TRT7.GP 18/2020)	PROCESSOS AUDITÁVEIS Processos Críticos e Temáticas Obrigatórias (Anexo VIII da Resolução CSJT 296/2021)	Para cada um dos riscos identificados, o setor implementou mecanismos de controle que minimizam a probabilidade de os objetivos da atividades não serem alcançados?	P4.3.1	As atividades de controle são implementadas de maneira ponderada, consciente e consistente, considerando, entre outras questões, a relação custo/benefício do controle?	P4.3.2	Há normatização interna organizando a divisão de tarefas e responsabilidades de cada servidor?	P4.3.3	O setor dispõe de instrumentos/rotinas de conformidade e de conferência que permitam se certificar de que os mecanismos de controle são adequados?	P4.3.4	O setor fornece as informações que lhe são solicitadas de forma prática e tempestiva?	P4.4.1	O setor controla os documentos recebidos e produzidos?	P4.4.2
	Controle patrimonial												
	Gestão e fiscalização de contratos, em especial de terceirização.												
	Obras e controle interno												

		PROCEDIMENTOS DE CONTROLE								INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO			
MACROPROCESSOS DE APOIO Cadeia de Valor (Ato TRT7.GP 18/2020)	PROCESSOS AUDITÁVEIS Processos Críticos e Temáticas Obrigatórias (Anexo VIII da Resolução CSJT 296/2021)	Para cada um dos riscos identificados, o setor implementou mecanismos de controle que minimizam a probabilidade de os objetivos da atividades não serem alcançados?	P4.3.1	As atividades de controle são implementadas de maneira ponderada, consciente e consistente, considerando, entre outras questões, a relação custo/benefício do controle?	P4.3.2	Há normatização interna organizando a divisão de tarefas e responsabilidades de cada servidor?	P4.3.3	O setor dispõe de instrumentos/rotinas de conformidade e de conferências que permitam se certificar de que os mecanismos de controle são adequados?	P4.3.4	O setor fornece as informações que lhe são solicitadas de forma prática e tempestiva?	P4.4.1	O setor controla os documentos recebidos e produzidos?	P4.4.2
	Gestão de manutenção e serviços												
Comunicação institucional	Comunicação Social												

		PROCEDIMENTOS DE CONTROLE								INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO			
MACROPROCESSOS DE APOIO Cadeia de Valor (Ato TRT7.GP 18/2020)	PROCESSOS AUDITÁVEIS Processos Críticos e Temáticas Obrigatórias (Anexo VIII da Resolução CSJT 296/2021)	Para cada um dos riscos identificados, o setor implementou mecanismos de controle que minimizam a probabilidade de os objetivos da atividades não serem alcançados?	P4.3.1	As atividades de controle são implementadas de maneira ponderada, consciente e consistente, considerando, entre outras questões, a relação custo/benefício do controle?	P4.3.2	Há normatização interna organizando a divisão de tarefas e responsabilidades de cada servidor?	P4.3.3	O setor dispõe de instrumentos/rotinas de conformidade e de conferência que permitam se certificar de que os mecanismos de controle são adequados?	P4.3.4	O setor fornece as informações que lhe são solicitadas de forma prática e tempestiva?	P4.4.1	O setor controla os documentos recebidos e produzidos?	P4.4.2
Gestão de Tecnologia da Informação	Governança de TIC												
	Segurança da informação												
	Desenvolvimento												
	Infraestrutura												
	Atendimento												

		PROCEDIMENTOS DE CONTROLE								INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO			
MACROPROCESSOS DE APOIO Cadeia de Valor (Ato TRT7.GP 18/2020)	PROCESSOS AUDITÁVEIS Processos Críticos e Temáticas Obrigatórias (Anexo VIII da Resolução CSJT 296/2021)	Para cada um dos riscos identificados, o setor implementou mecanismos de controle que minimizam a probabilidade de os objetivos da atividades não serem alcançados?	P4.3.1	As atividades de controle são implementadas de maneira ponderada, consciente e consistente, considerando, entre outras questões, a relação custo/benefício do controle?	P4.3.2	Há normatização interna organizando a divisão de tarefas e responsabilidades de cada servidor?	P4.3.3	O setor dispõe de instrumentos/rotinas de conformidade e de conferências que permitam se certificar de que os mecanismos de controle são adequados?	P4.3.4	O setor fornece as informações que lhe são solicitadas de forma prática e tempestiva?	P4.4.1	O setor controla os documentos recebidos e produzidos?	P4.4.2
	Gestão de processos												
	Gestão de projetos												
Gestão Orçamentária, financeira e contábil	Gestão orçamentária												
	Gestão contábil												

		PROCEDIMENTOS DE CONTROLE								INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO			
MACROPROCESSOS DE APOIO Cadeia de Valor (Ato TRT7.GP 18/2020)	PROCESSOS AUDITÁVEIS Processos Críticos e Temáticas Obrigatórias (Anexo VIII da Resolução CSJT 296/2021)	Para cada um dos riscos identificados, o setor implementou mecanismos de controle que minimizam a probabilidade de os objetivos da atividades não serem alcançados?	P4.3.1	As atividades de controle são implementadas de maneira ponderada, consciente e consistente, considerando, entre outras questões, a relação custo/benefício do controle?	P4.3.2	Há normatização interna organizando a divisão de tarefas e responsabilidades de cada servidor?	P4.3.3	O setor dispõe de instrumentos/rotinas de conformidade e de conferências que permitam se certificar de que os mecanismos de controle são adequados?	P4.3.4	O setor fornece as informações que lhe são solicitadas de forma prática e tempestiva?	P4.4.1	O setor controla os documentos recebidos e produzidos?	P4.4.2
	Gestão Financeira												
	Gestão de Folha de Pagamento												
	Estatística												
	Gestão de processos												
	Gestão de projetos												

		PROCEDIMENTOS DE CONTROLE								INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO			
MACROPROCESSOS DE APOIO Cadeia de Valor (Ato TRT7.GP 18/2020)	PROCESSOS AUDITÁVEIS Processos Críticos e Temáticas Obrigatórias (Anexo VIII da Resolução CSJT 296/2021)	Para cada um dos riscos identificados, o setor implementou mecanismos de controle que minimizam a probabilidade de os objetivos da atividades não serem alcançados?	P4.3.1	As atividades de controle são implementadas de maneira ponderada, consciente e consistente, considerando, entre outras questões, a relação custo/benefício do controle?	P4.3.2	Há normatização interna organizando a divisão de tarefas e responsabilidades de cada servidor?	P4.3.3	O setor dispõe de instrumentos/rotinas de conformidade e de conferências que permitam se certificar de que os mecanismos de controle são adequados?	P4.3.4	O setor fornece as informações que lhe são solicitadas de forma prática e tempestiva?	P4.4.1	O setor controla os documentos recebidos e produzidos?	P4.4.2
	Gestão de riscos												
	Integridade												

		INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO						ATIVIDADES DE MONITORAMENTO					
MACROPROCESSOS DE APOIO Cadeia de Valor (Ato TRT7.GP 18/2020)	PROCESSOS AUDITÁVEIS												
	Processos Críticos e Temáticas Obrigatórias (Anexo VIII da Resolução CSJT 296/2021)	O setor divulga internamente e as informações relativas à execução das responsabilidades de forma eficaz?	P4.4.3	Os arquivos (banco de dados) são periodicamente revisados, atualizados e validados, no sentido de garantir a produção de informações adequadas e confiáveis?	P4.4.4	O setor consegue obter informações importantes para avaliação dos riscos internos e externos, em tempo hábil?	P4.4.5	O sistema de controle interno do setor é constantemente monitorado para avaliar a eficácia e a qualidade de suas atividades ao longo do tempo?	P4.5.1	O sistema de controle interno do setor tem contribuído para a melhoria do desempenho de suas atividades?	P4.5.2	O sistema de controle interno do setor tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações realizadas pelo próprio setor?	P4.5.3
	Seleção												
	Ingresso e lotação de servidores												
	Acompanhamento e desenvolvimento de servidores												
	Desenvolvimento organizacional												

		INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO						ATIVIDADES DE MONITORAMENTO																	
MACROPROCESSOS DE APOIO Cadeia de Valor (Ato TRT7.GP 18/2020)	PROCESSOS AUDITÁVEIS	Processos Críticos e Temáticas Obrigatórias (Anexo VIII da Resolução CSJT 296/2021)	O setor divulga internamente e as informações relativas à execução das responsabilidades de forma eficaz?	P4.4.3	Os arquivos (banco de dados) são periodicamente revisados, atualizados e validados, no sentido de garantir a produção de informações adequadas e confiáveis?	P4.4.4	O setor consegue obter informações importantes para avaliação dos riscos internos e externos, em tempo hábil?	P4.4.5	O sistema de controle interno do setor é constantemente monitorado para avaliar a eficácia e a qualidade de suas atividades ao longo do tempo?	P4.5.1	O sistema de controle interno do setor tem contribuído para a melhoria do desempenho de suas atividades?	P4.5.2	O sistema de controle interno do setor tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações realizadas pelo próprio setor?	P4.5.3											
	nal e de pessoas																								
	Legislação de pessoal																								
	Formação e capacitação																								
	Pagamento de pessoal																								
	Benefícios																								
Informações funcionais																									

		INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO						ATIVIDADES DE MONITORAMENTO														
MACROPROCESSOS DE APOIO Cadeia de Valor (Ato TRT7.GP 18/2020)	PROCESSOS AUDITÁVEIS	Processos Críticos e Temáticas Obrigatórias (Anexo VIII da Resolução CSJT 296/2021)	O setor divulga internamente e as informações relativas à execução das responsabilidades de forma eficaz?	P4.4.3	Os arquivos (banco de dados) são periodicamente revisados, atualizados e validados, no sentido de garantir a produção de informações adequadas e confiáveis?	P4.4.4	O setor consegue obter informações importantes para avaliação dos riscos internos e externos, em tempo hábil?	P4.4.5	O sistema de controle interno do setor é constantemente monitorado para avaliar a eficácia e a qualidade de suas atividades ao longo do tempo?	P4.5.1	O sistema de controle interno do setor tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações realizadas pelo próprio setor?	P4.5.2	P4.5.3									
	Certificação digital																					
	Saúde																					
	Gestão de processos																					
	Gestão de projetos																					
	Gestão de riscos																					
	Integridade																					

		INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO						ATIVIDADES DE MONITORAMENTO					
MACROPROCESSOS DE APOIO Cadeia de Valor (Ato TRT7.GP 18/2020)	PROCESSOS AUDITÁVEIS												
	Processos Críticos e Temáticas Obrigatórias (Anexo VIII da Resolução CSJT 296/2021)	O setor divulga internamente e as informações relativas à execução das responsabilidades de forma eficaz?	P4.4.3	Os arquivos (banco de dados) são periodicamente revisados, atualizados e validados, no sentido de garantir a produção de informações adequadas e confiáveis?	P4.4.4	O setor consegue obter informações importantes para avaliação dos riscos internos e externos, em tempo hábil?	P4.4.5	O sistema de controle interno do setor é constantemente monitorado para avaliar a eficácia e a qualidade de suas atividades ao longo do tempo?	P4.5.1	O sistema de controle interno do setor tem contribuído para a melhoria do desempenho de suas atividades?	P4.5.2	O sistema de controle interno do setor tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações realizadas pelo próprio setor?	P4.5.3
Estratégia e governança	Estatística												
	Acessibilidade												
	Sustentabilidade												
	Gestão de processos												
	Gestão de projetos												
	Gestão de riscos												
	Integridade												

		INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO						ATIVIDADES DE MONITORAMENTO					
MACROPROCESSOS DE APOIO Cadeia de Valor (Ato TRT7.GP 18/2020)	PROCESSOS AUDITÁVEIS Processos Críticos e Temáticas Obrigatórias (Anexo VIII da Resolução CSJT 296/2021)	O setor divulga internamente e as informações relativas à execução das responsabilidades de forma eficaz?	P4.4.3	Os arquivos (banco de dados) são periodicamente revisados, atualizados e validados, no sentido de garantir a produção de informações adequadas e confiáveis?	P4.4.4	O setor consegue obter informações importantes para avaliação dos riscos internos e externos, em tempo hábil?	P4.4.5	O sistema de controle interno do setor é constantemente monitorado para avaliar a eficácia e a qualidade de suas atividades ao longo do tempo?	P4.5.1	O sistema de controle interno do setor tem contribuído para a melhoria do desempenho de suas atividades?	P4.5.2	O sistema de controle interno do setor tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações realizadas pelo próprio setor?	P4.5.3
Infraestrutura e logística	Segurança												
	Transporte												
	Inteligência												
	Licitação e contratos												
	Pregões												
	Compras diretas												

		INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO						ATIVIDADES DE MONITORAMENTO					
MACROPROCESSOS DE APOIO Cadeia de Valor (Ato TRT7.GP 18/2020)	PROCESSOS AUDITÁVEIS Processos Críticos e Temáticas Obrigatórias (Anexo VIII da Resolução CSJT 296/2021)	O setor divulga internamente e as informações relativas à execução das responsabilidades de forma eficaz?	P4.4.3	Os arquivos (banco de dados) são periodicamente revisados, atualizados e validados, no sentido de garantir a produção de informações adequadas e confiáveis?	P4.4.4	O setor consegue obter informações importantes para avaliação dos riscos internos e externos, em tempo hábil?	P4.4.5	O sistema de controle interno do setor é constantemente monitorado para avaliar a eficácia e a qualidade de suas atividades ao longo do tempo?	P4.5.1	O sistema de controle interno do setor tem contribuído para a melhoria do desempenho de suas atividades?	P4.5.2	O sistema de controle interno do setor tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações realizadas pelo próprio setor?	P4.5.3
	Controle patrimonial												
	Gestão e fiscalização de contratos, em especial de												

		INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO						ATIVIDADES DE MONITORAMENTO					
MACROPROCESSOS DE APOIO Cadeia de Valor (Ato TRT7.GP 18/2020)	PROCESSOS AUDITÁVEIS Processos Críticos e Temáticas Obrigatórias (Anexo VIII da Resolução CSJT 296/2021)	O setor divulga internamente e as informações relativas à execução das responsabilidades de forma eficaz?	P4.4.3	Os arquivos (banco de dados) são periodicamente revisados, atualizados e validados, no sentido de garantir a produção de informações adequadas e confiáveis?	P4.4.4	O setor consegue obter informações importantes para avaliação dos riscos internos e externos, em tempo hábil?	P4.4.5	O sistema de controle interno do setor é constantemente monitorado para avaliar a eficácia e a qualidade de suas atividades ao longo do tempo?	P4.5.1	O sistema de controle interno do setor tem contribuído para a melhoria do desempenho de suas atividades?	P4.5.2	O sistema de controle interno do setor tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações realizadas pelo próprio setor?	P4.5.3
	terceirização.												
	Obras e controle interno												
	Gestão de manutenção e serviços												
Comunicação institucional	Comunicação Social												

		INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO						ATIVIDADES DE MONITORAMENTO					
MACROPROCESSOS DE APOIO Cadeia de Valor (Ato TRT7.GP 18/2020)	PROCESSOS AUDITÁVEIS Processos Críticos e Temáticas Obrigatórias (Anexo VIII da Resolução CSJT 296/2021)	O setor divulga internamente e as informações relativas à execução das responsabilidades de forma eficaz?	P4.4.3	Os arquivos (banco de dados) são periodicamente revisados, atualizados e validados, no sentido de garantir a produção de informações adequadas e confiáveis?	P4.4.4	O setor consegue obter informações importantes para avaliação dos riscos internos e externos, em tempo hábil?	P4.4.5	O sistema de controle interno do setor é constantemente monitorado para avaliar a eficácia e a qualidade de suas atividades ao longo do tempo?	P4.5.1	O sistema de controle interno do setor tem contribuído para a melhoria do desempenho de suas atividades?	P4.5.2	O sistema de controle interno do setor tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações realizadas pelo próprio setor?	P4.5.3
Gestão de Tecnologia da Informação	Governança de TIC												
	Segurança da informação												
	Desenvolvimento												
	Infraestrutura												

		INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO						ATIVIDADES DE MONITORAMENTO																	
MACROPROCESSOS DE APOIO Cadeia de Valor (Ato TRT7.GP 18/2020)	PROCESSOS AUDITÁVEIS	Processos Críticos e Temáticas Obrigatórias (Anexo VIII da Resolução CSJT 296/2021)	O setor divulga internamente e as informações relativas à execução das responsabilidades de forma eficaz?	P4.4.3	Os arquivos (banco de dados) são periodicamente revisados, atualizados e validados, no sentido de garantir a produção de informações adequadas e confiáveis?	P4.4.4	O setor consegue obter informações importantes para avaliação dos riscos internos e externos, em tempo hábil?	P4.4.5	O sistema de controle interno do setor é constantemente monitorado para avaliar a eficácia e a qualidade de suas atividades ao longo do tempo?	P4.5.1	O sistema de controle interno do setor tem contribuído para a melhoria do desempenho de suas atividades?	P4.5.2	O sistema de controle interno do setor tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações realizadas pelo próprio setor?	P4.5.3											
	Atendimento																								
	Gestão de processos																								
	Gestão de projetos																								
Gestão Orçamentária,	Gestão orçamentária																								

		INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO						ATIVIDADES DE MONITORAMENTO					
MACROPROCESOS DE APOIO Cadeia de Valor (Ato TRT7.GP 18/2020)	PROCESSOS AUDITÁVEIS Processos Críticos e Temáticas Obrigatórias (Anexo VIII da Resolução CSJT 296/2021)	O setor divulga internamente e as informações relativas à execução das responsabilidades de forma eficaz?	P4.4.3	Os arquivos (banco de dados) são periodicamente revisados, atualizados e validados, no sentido de garantir a produção de informações adequadas e confiáveis?	P4.4.4	O setor consegue obter informações importantes para avaliação dos riscos internos e externos, em tempo hábil?	P4.4.5	O sistema de controle interno do setor é constantemente monitorado para avaliar a eficácia e a qualidade de suas atividades ao longo do tempo?	P4.5.1	O sistema de controle interno do setor tem contribuído para a melhoria do desempenho de suas atividades?	P4.5.2	O sistema de controle interno do setor tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações realizadas pelo próprio setor?	P4.5.3
financeira e contábil	Gestão contábil												
	Gestão Financeira												
	Gestão de Folha de Pagamento												
	Estatística												
	Gestão de processos												

		INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO						ATIVIDADES DE MONITORAMENTO					
MACROPROCESSOS DE APOIO Cadeia de Valor (Ato TRT7.GP 18/2020)	PROCESSOS AUDITÁVEIS			Os arquivos (banco de dados) são periodicamente revisados, atualizados e validados, no sentido de garantir a produção de informações adequadas e confiáveis?				O sistema de controle interno do setor é constantemente monitorado para avaliar a eficácia e a qualidade de suas atividades ao longo do tempo?					
	Processos Críticos e Temáticas Obrigatórias (Anexo VIII da Resolução CSJT 296/2021)	O setor divulga internamente e as informações relativas à execução das responsabilidades de forma eficaz?	P4.4.3		O setor consegue obter informações importantes para avaliação dos riscos internos e externos, em tempo hábil?	P4.4.4				O sistema de controle interno do setor tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações realizadas pelo próprio setor?	P4.5.2		P4.5.3
										O sistema de controle interno do setor tem contribuído para a melhoria do desempenho de suas atividades?			
	Gestão de projetos												
	Gestão de riscos												
	Integridade												

ATIVIDADES DE MONITORAMENTO				
MACROPROCESSOS DE APOIO Cadeia de Valor (Ato TRT7.GP 18/2020)	PROCESSOS AUDITÁVEIS Processos Críticos e Temas Obrigatórios (Anexo VIII da Resolução CSJT 296/2021)	As deficiências de controle interno identificadas são reportadas tempestivamente ao nível gerencial apropriado ou à alta administração e adequadamente tratadas?	P4.5.4	ÍNDICE DE CRITICIDADE DE AUTOAVALIAÇÃO - ICAV
Gestão de pessoas	Seleção			
	Ingresso e lotação de servidores			
	Acompanhamento e desenvolvimento de servidores			
	Desenvolvimento organizacional e de pessoas			
	Legislação de pessoal			
	Formação e capacitação			
	Pagamento de pessoal			
	Benefícios			
	Informações funcionais			
	Certificação digital			
	Saúde			
	Gestão de processos			
	Gestão de projetos			
	Gestão de riscos			
Integridade				
Estratégia e governança	Estatística			

ATIVIDADES DE MONITORAMENTO				
MACROPROCESSOS DE APOIO Cadeia de Valor (Ato TRT7.GP 18/2020)	PROCESSOS AUDITÁVEIS Processos Críticos e Temas Obrigatórios (Anexo VIII da Resolução CSJT 296/2021)	As deficiências de controle interno identificadas são reportadas tempestivamente ao nível gerencial apropriado ou à alta administração e adequadamente tratadas?	P4.5.4	ÍNDICE DE CRITICIDADE DE AUTOAVALIAÇÃO - ICAV
	Acessibilidade			
	Sustentabilidade			
	Gestão de processos			
	Gestão de projetos			
	Gestão de riscos			
	Integridade			
Infraestrutura e logística	Segurança			
	Transporte			
	Inteligência			
	Licitação e contratos			
	Pregões			
	Compras diretas			
	Controle patrimonial			
	Gestão e fiscalização de contratos, em especial de terceirização.			
	Obras e controle interno			
Gestão de manutenção e serviços				
Comunicação institucional	Comunicação Social			

ATIVIDADES DE MONITORAMENTO				
MACROPROCESSOS DE APOIO Cadeia de Valor (Ato TRT7.GP 18/2020)	PROCESSOS AUDITÁVEIS Processos Críticos e Temas Obrigatórios (Anexo VIII da Resolução CSJT 296/2021)	As deficiências de controle interno identificadas são reportadas tempestivamente ao nível gerencial apropriado ou à alta administração e adequadamente tratadas?	P4.5.4	ÍNDICE DE CRITICIDADE DE AUTOAVALIAÇÃO - ICAV
Gestão de Tecnologia da Informação	Governança de TIC			
	Segurança da informação			
	Desenvolvimento			
	Infraestrutura			
	Atendimento			
	Gestão de processos			
	Gestão de projetos			
Gestão Orçamentária, financeira e contábil	Gestão orçamentária			
	Gestão contábil			
	Gestão Financeira			
	Gestão de Folha de Pagamento			
	Estatística			
	Gestão de processos			
	Gestão de projetos			
	Gestão de riscos			
	Integridade			

ANEXO VIII

Questionário PAA - Universo Auditável - Índice de Criticidade

Gestão

MACRODESAFIOS DO PODER JUDICIÁRIO	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS PEI TRT7 2021-2026	MACROPROCESSOS DE APOIO Cadeia de Valor (Ato TRT7.GP 18/2020)	PROCESSOS AUDITÁVEIS Processos Críticos e Temas Obrigatórios (Anexo VIII da Resolução CSJT 296/2021)	Qual é o grau de regulamentação deste processo?	P5.1	Qual é a proporção de intervenção humana na execução das atividades do processo?	P5.2
Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária Promoção da Sustentabilidade e Garantia dos Direitos Fundamentais	O.E. 8 - Incrementar modelo de gestão de pessoas O.E. 7 - Fortalecer a Governança e a Gestão Estratégica O.E. 2 - Promover o trabalho decente e a sustentabilidade de	Gestão de pessoas	Seleção				
			Ingresso e lotação de servidores				
			Acompanhamento e desenvolvimento de servidores				
			Desenvolvimento organizacional e de pessoas				
			Legislação de pessoal				
			Formação e capacitação				
			Pagamento de pessoal				
			Benefícios				
			Informações funcionais				
			Certificação digital				

MACRODESAFIOS DO PODER JUDICIÁRIO	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS PEI TRT7 2021-2026	MACROPROCESSOS DE APOIO Cadeia de Valor (Ato TRT7.GP 18/2020)	PROCESSOS AUDITÁVEIS Processos Críticos e Temas Obrigatórios (Anexo VIII da Resolução CSJT 296/2021)	Qual é o grau de regulamentação deste processo?	P5.1	Qual é a proporção de intervenção humana na execução das atividades do processo?	P5.2
			Saúde				
			Gestão de processos				
			Gestão de projetos				
			Gestão de riscos				
			Integridade				
Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária Promoção da Sustentabilidade e Garantia dos Direitos Fundamentais	O.E. 7 - Fortalecer a Governança e a Gestão Estratégica O.E. 2 - Promover o trabalho decente e a sustentabilidade de	Estratégia e governança	Estatística				
			Acessibilidade				
			Sustentabilidade				
			Gestão de processos				
			Gestão de projetos				
			Gestão de riscos				
			Integridade				
Enfrentamento à Corrupção, à improbidade administrativa e	O.E. 6 - Promover a integridade e a	Infraestrutura e logística	Segurança				
			Transporte				

MACRODESAFIOS DO PODER JUDICIÁRIO	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS PEI TRT7 2021-2026	MACROPROCESSOS DE APOIO Cadeia de Valor (Ato TRT7.GP 18/2020)	PROCESSOS AUDITÁVEIS Processos Críticos e Temas Obrigatórios (Anexo VIII da Resolução CSJT 296/2021)	Qual é o grau de regulamentação deste processo?	P5.1	Qual é a proporção de intervenção humana na execução das atividades do processo?	P5.2
aos ilícitos eleitorais.	transparência em relação aos atos de gestão praticados		Inteligência				
			Licitação e contratos				
			Pregões				
			Compras diretas				
			Controle patrimonial				
			Gestão e fiscalização de contratos, em especial de terceirização.				
			Obras e controle interno				
			Gestão de manutenção e serviços				
Fortalecimento da relação institucional do Judiciário com a sociedade e Garantia dos Direitos Fundamentais	O.E. 1 - Fortalecer a comunicação e as parcerias institucionais	Comunicação institucional	Comunicação Social				

MACRODESAFIOS DO PODER JUDICIÁRIO	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS PEI TRT7 2021-2026	MACROPROCESSOS DE APOIO Cadeia de Valor (Ato TRT7.GP 18/2020)	PROCESSOS AUDITÁVEIS Processos Críticos e Temas Obrigatórios (Anexo VIII da Resolução CSJT 296/2021)	Qual é o grau de regulamentação deste processo?	P5.1	Qual é a proporção de intervenção humana na execução das atividades do processo?	P5.2
Fortalecimento da estratégia nacional de TIC e de proteção de dados	O.E. 10 - Aprimorar a gestão, governança de TIC e a proteção de dados	Gestão de Tecnologia da Informação	Governança de TIC				
			Segurança da informação				
			Desenvolvimento				
			Infraestrutura				
			Atendimento				
			Gestão de processos				
Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária	O.E. 9 - Aperfeiçoar a gestão orçamentária e financeira O.E. 7 - Fortalecer a Governança e a Gestão Estratégica	Gestão Orçamentária, financeira e contábil Auditoria e Controle	Gestão orçamentária				
			Gestão contábil				
			Gestão Financeira				
			Gestão de Folha de Pagamento				

MACRODESAFIOS DO PODER JUDICIÁRIO	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS PEI TRT7 2021-2026	MACROPROCESSOS DE APOIO Cadeia de Valor (Ato TRT7.GP 18/2020)	PROCESSOS AUDITÁVEIS Processos Críticos e Temas Obrigatórios (Anexo VIII da Resolução CSJT 296/2021)	Qual é o grau de regulamentação deste processo?	P5.1	Qual é a proporção de intervenção humana na execução das atividades do processo?	P5.2
<p>Promoção da Sustentabilidade e Garantia dos Direitos Fundamentais</p> <p>Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária</p>	<p>O.E. 2 - Promover o trabalho decente e a sustentabilidade</p> <p>O.E. 7 - Fortalecer a Governança e a Gestão Estratégica</p>		Estatística				
			Gestão de processos				
			Gestão de projetos				
			Gestão de riscos				
			Integridade				

ANEXO IX

Questionário PAA - Universo Auditável - Índice de Criticidade

Auditoria

MACRODESAFIOS DO PODER JUDICIÁRIO	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS PEI TRT7 2021-2026	MACROPROCESSOS DE APOIO Cadeia de Valor (Ato TRT7.GP 18/2020)	PROCESSOS AUDITÁVEIS Processos Críticos e Temas Obrigatórios (Anexo VIII da Resolução CSJT 296/2021)	Há quanto tempo foi realizada a última auditoria no processo?	P5.3
Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária Promoção da Sustentabilidade e Garantia dos Direitos Fundamentais	O.E. 8 - Incrementar modelo de gestão de pessoas O.E. 7 - Fortalecer a Governança e a Gestão Estratégica O.E. 2 - Promover o trabalho decente e a sustentabilidade	Gestão de pessoas	Seleção		
			Ingresso e lotação de servidores		
			Acompanhamento e desenvolvimento de servidores		
			Desenvolvimento organizacional e de pessoas		
			Legislação de pessoal		
			Formação e capacitação		
			Pagamento de pessoal		
			Benefícios		
			Informações funcionais		
			Certificação digital		
Saúde					

MACRODESAFIOS DO PODER JUDICIÁRIO	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS PEI TRT7 2021-2026	MACROPROCESSOS DE APOIO Cadeia de Valor (Ato TRT7.GP 18/2020)	PROCESSOS AUDITÁVEIS Processos Críticos e Temas Obrigatórios (Anexo VIII da Resolução CSJT 296/2021)	Há quanto tempo foi realizada a última auditoria no processo?	P5.3
			Gestão de processos		
			Gestão de projetos		
			Gestão de riscos		
			Integridade		
Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária Promoção da Sustentabilidade e Garantia dos Direitos Fundamentais	O.E. 7 - Fortalecer a Governança e a Gestão Estratégica O.E. 2 - Promover o trabalho decente e a sustentabilidade	Estratégia e governança	Estatística		
			Acessibilidade		
			Sustentabilidade		
			Gestão de processos		
			Gestão de projetos		
			Gestão de riscos		
			Integridade		
Enfrentamento à Corrupção, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais.	O.E. 6 - Promover a integridade e a transparência em relação aos atos	Infraestrutura e logística	Segurança		
			Transporte		
			Inteligência		
			Licitação e contratos		

MACRODESAFIOS DO PODER JUDICIÁRIO	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS PEI TRT7 2021-2026	MACROPROCESSOS DE APOIO Cadeia de Valor (Ato TRT7.GP 18/2020)	PROCESSOS AUDITÁVEIS Processos Críticos e Temas Obrigatórios (Anexo VIII da Resolução CSJT 296/2021)	Há quanto tempo foi realizada a última auditoria no processo?	P5.3
	de gestão praticados		Pregões		
			Compras diretas		
			Controle patrimonial		
			Gestão e fiscalização de contratos, em especial de terceirização.		
			Obras e controle interno		
			Gestão de manutenção e serviços		
Fortalecimento da relação institucional do Judiciário com a sociedade e Garantia dos	O.E. 1 - Fortalecer a comunicação e as parcerias institucionais	Comunicação institucional	Comunicação Social		

MACRODESAFIOS DO PODER JUDICIÁRIO	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS PEI TRT7 2021-2026	MACROPROCESSOS DE APOIO Cadeia de Valor (Ato TRT7.GP 18/2020)	PROCESSOS AUDITÁVEIS Processos Críticos e Temas Obrigatórios (Anexo VIII da Resolução CSJT 296/2021)	Há quanto tempo foi realizada a última auditoria no processo?	P5.3
Direitos Fundamentais					
Fortalecimento da estratégia nacional de TIC e de proteção de dados	O.E. 10 - Aprimorar a gestão, governança de TIC e a proteção de dados	Gestão de Tecnologia da Informação	Governança de TIC		
			Segurança da informação		
			Desenvolvimento		
			Infraestrutura		
			Atendimento		
			Gestão de processos		
			Gestão de projetos		
Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária Promoção da Sustentabilidade e	O.E. 9 - Aperfeiçoar a gestão orçamentária e financeira O.E. 7 - Fortalecer a Governança e a Gestão Estratégica	Gestão Orçamentária, financeira e contábil	Gestão orçamentária		
			Gestão contábil		
			Gestão Financeira		
			Gestão de Folha de Pagamento		
			Estatística		
			Gestão de processos		

MACRODESAFIOS DO PODER JUDICIÁRIO	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS PEI TRT7 2021-2026	MACROPROCESSOS DE APOIO Cadeia de Valor (Ato TRT7.GP 18/2020)	PROCESSOS AUDITÁVEIS Processos Críticos e Temas Obrigatórios (Anexo VIII da Resolução CSJT 296/2021)	Há quanto tempo foi realizada a última auditoria no processo?	P5.3
Garantia dos Direitos Fundamentais	O.E. 2 - Promover o trabalho decente e a sustentabilidade		Gestão de projetos		
			Gestão de riscos		
			Integridade		

ANEXO X

Universo Auditável - Índice de Criticidade

MACRODESAFIOS DO PODER JUDICIÁRIO	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS PEI TRT7 2021-2026	MACROPROCESSOS DE APOIO Cadeia de Valor (Ato TRT7.GP 18/2020)	PROCESSOS AUDITÁVEIS Processos Críticos e Temas Obrigatórios (Anexo VIII da Resolução CSJT 296/2021)	Grau de Regulamentação do Processo	Grau de Automação do Processo	Lapso entre as auditorias	ÍNDICE DE CRITICIDADE - ICri
Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária Promoção da Sustentabilidade e Garantia dos Direitos Fundamentais	O.E. 8 - Incrementar modelo de gestão de pessoas O.E. 7 - Fortalecer a Governança e a Gestão Estratégica O.E. 2 - Promover o trabalho decente e a sustentabilidade	Gestão de pessoas	Seleção				
			Ingresso e lotação de servidores				
			Acompanhamento e desenvolvimento de servidores				
			Desenvolvimento organizacional e de pessoas				
			Legislação de pessoal				
			Formação e capacitação				
			Pagamento de pessoal				
			Benefícios				
			Informações funcionais				

MACRODESAFIOS DO PODER JUDICIÁRIO	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS PEI TRT7 2021-2026	MACROPROCESSOS DE APOIO Cadeia de Valor (Ato TRT7.GP 18/2020)	PROCESSOS AUDITÁVEIS Processos Críticos e Temas Obrigatórios (Anexo VIII da Resolução CSJT 296/2021)	Grau de Regulamentação do Processo	Grau de Automação do Processo	Lapso entre as auditorias	ÍNDICE DE CRITICIDADE - ICri
			Certificação digital				
			Saúde				
			Gestão de processos				
			Gestão de projetos				
			Gestão de riscos				
			Integridade				
Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária Promoção da Sustentabilidade e Garantia dos Direitos Fundamentais	O.E. 7 - Fortalecer a Governança e a Gestão Estratégica O.E. 2 - Promover o trabalho decente e a sustentabilidade	Estratégia e governança	Estatística				
			Acessibilidade				
			Sustentabilidade				
			Gestão de processos				
			Gestão de projetos				
			Gestão de riscos				
Integridade							

MACRODESAFIOS DO PODER JUDICIÁRIO	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS PEI TRT7 2021-2026	MACROPROCESSOS DE APOIO Cadeia de Valor (Ato TRT7.GP 18/2020)	PROCESSOS AUDITÁVEIS Processos Críticos e Temas Obrigatórios (Anexo VIII da Resolução CSJT 296/2021)	Grau de Regulamentação do Processo	Grau de Automação do Processo	Lapso entre as auditorias	ÍNDICE DE CRITICIDADE - ICri
Enfrentamento à Corrupção, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais.	O.E. 6 - Promover a integridade e a transparência em relação aos atos de gestão praticados	Infraestrutura e logística	Segurança				
			Transporte				
			Inteligência				
			Licitação e contratos				
			Pregões				
			Compras diretas				
			Controle patrimonial				
			Gestão e fiscalização de contratos, em especial de terceirização.				
			Obras e controle interno				
Gestão de manutenção e serviços							

MACRODESAFIOS DO PODER JUDICIÁRIO	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS PEI TRT7 2021-2026	MACROPROCESSOS DE APOIO Cadeia de Valor (Ato TRT7.GP 18/2020)	PROCESSOS AUDITÁVEIS Processos Críticos e Temas Obrigatórios (Anexo VIII da Resolução CSJT 296/2021)	Grau de Regulamentação do Processo	Grau de Automação do Processo	Lapso entre as auditorias	ÍNDICE DE CRITICIDADE - ICri
Fortalecimento da relação institucional do Judiciário com a sociedade e Garantia dos Direitos Fundamentais	O.E. 1 - Fortalecer a comunicação e as parcerias institucionais	Comunicação institucional	Comunicação Social				
Fortalecimento da estratégia nacional de TIC e de proteção de dados	O.E. 10 - Aprimorar a gestão, governança de TIC e a proteção de dados	Gestão de Tecnologia da Informação	Governança de TIC				
			Segurança da informação				
			Desenvolvimento				
			Infraestrutura				
			Atendimento				
			Gestão de processos				
			Gestão de projetos				

MACRODESAFIOS DO PODER JUDICIÁRIO	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS PEI TRT7 2021-2026	MACROPROCESSOS DE APOIO Cadeia de Valor (Ato TRT7.GP 18/2020)	PROCESSOS AUDITÁVEIS Processos Críticos e Temas Obrigatórios (Anexo VIII da Resolução CSJT 296/2021)	Grau de Regulamentação do Processo	Grau de Automação do Processo	Lapso entre as auditorias	ÍNDICE DE CRITICIDADE - ICri
Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária Promoção da Sustentabilidade e Garantia dos Direitos Fundamentais	O.E. 9 - Aperfeiçoar a gestão orçamentária e financeira O.E. 7 - Fortalecer a Governança e a Gestão Estratégica O.E. 2 - Promover o trabalho decente e a sustentabilidade	Gestão Orçamentária, financeira e contábil	Gestão orçamentária				
			Gestão contábil				
			Gestão Financeira				
			Gestão de Folha de Pagamento				
			Estatística				
			Gestão de processos				
			Gestão de projetos				
			Gestão de riscos				
			Integridade				

ANEXO XI

Universo Auditável - Priorização

MACRODESAFIOS DO PODER JUDICIÁRIO	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS PEI TRT7 2021-2026	MACROPROCESSOS DE APOIO Cadeia de Valor (Ato TRT7.GP 18/2020)	PROCESSOS AUDITÁVEIS Processos Críticos e Temas Obrigatórios (Anexo VIII da Resolução CSJT 296/2021)	ÍNDICE DE RELEVÂNCIA - IRev	ÍNDICE DE AUTOAVALIAÇÃO DE CONTROLE - IAvC	ÍNDICE DE CRITICIDADE - ICri	PONTUAÇÃO TOTAL	CLASSIFICAÇÃO
SAGP								
Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária Promoção da Sustentabilidade e Garantia dos Direitos Fundamentais	O.E. 8 - Incrementar modelo de gestão de pessoas O.E. 7 - Fortalecer a Governança e a Gestão Estratégica O.E. 2 - Promover o trabalho decente e a sustentabilidade	Gestão de pessoas	Seleção					
			Ingresso e lotação de servidores					
			Acompanhamento e desenvolvimento de servidores					
			Desenvolvimento organizacional e de pessoas					
			Legislação de pessoal					
			Formação e capacitação					
			Pagamento de pessoal					
			Benefícios					
			Informações funcionais					
Certificação digital								

MACRODESAFIOS DO PODER JUDICIÁRIO	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS PEI TRT7 2021-2026	MACROPROCESSOS DE APOIO Cadeia de Valor (Ato TRT7.GP 18/2020)	PROCESSOS AUDITÁVEIS Processos Críticos e Temas Obrigatórios (Anexo VIII da Resolução CSJT 296/2021)	ÍNDICE DE RELEVÂNCIA - IRev	ÍNDICE DE AUTOAVALIAÇÃO DE CONTROLE - IAvC	ÍNDICE DE CRITICIDADE - ICri	PONTUAÇÃO TOTAL	CLASSIFICAÇÃO
			Saúde					
			Gestão de processos					
			Gestão de projetos					
			Gestão de riscos					
			Integridade					
SAGAP								
Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária Promoção da Sustentabilidade e Garantia dos Direitos Fundamentais	O.E. 7 - Fortalecer a Governança e a Gestão Estratégica O.E. 2 - Promover o trabalho decente e a	Estratégia e governança	Estatística					
			Acessibilidade					
			Sustentabilidade					
			Gestão de processos					
			Gestão de projetos					
			Gestão de riscos					
			Integridade					

MACRODESAFIOS DO PODER JUDICIÁRIO	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS PEI TRT7 2021-2026	MACROPROCESSOS DE APOIO Cadeia de Valor (Ato TRT7.GP 18/2020)	PROCESSOS AUDITÁVEIS Processos Críticos e Temas Obrigatórios (Anexo VIII da Resolução CSJT 296/2021)	ÍNDICE DE RELEVÂNCIA - IRev	ÍNDICE DE AUTOAVALIAÇÃO DE CONTROLE - IAvC	ÍNDICE DE CRITICIDADE - ICri	PONTUAÇÃO TOTAL	CLASSIFICAÇÃO
	sustentabilidade							
Enfrentamento à Corrupção, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais.	O.E. 6 - Promover a integridade e a transparência em relação aos atos de gestão praticados	Infraestrutura e logística	Segurança					
			Transporte					
			Inteligência					
			Licitação e contratos					
			Pregões					
			Compras diretas					
			Controle patrimonial					
			Gestão e fiscalização de contratos, especial de terceirização.					
Obras e controle interno								

MACRODESAFIOS DO PODER JUDICIÁRIO	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS PEI TRT7 2021-2026	MACROPROCESSOS DE APOIO Cadeia de Valor (Ato TRT7.GP 18/2020)	PROCESSOS AUDITÁVEIS Processos Críticos e Temas Obrigatórios (Anexo VIII da Resolução CSJT 296/2021)	ÍNDICE DE RELEVÂNCIA - IRev	ÍNDICE DE AUTOAVALIAÇÃO DE CONTROLE - IAvC	ÍNDICE DE CRITICIDADE - ICri	PONTUAÇÃO TOTAL	CLASSIFICAÇÃO
			Gestão de manutenção e serviços					
Fortalecimento da relação institucional do Judiciário com a sociedade e Garantia dos Direitos Fundamentais	O.E. 1 - Fortalecer a comunicação e as parcerias institucionais	Comunicação institucional	Comunicação Social					
Fortalecimento da estratégia nacional de TIC e de proteção de dados	O.E. 10 - Aprimorar a gestão, governança de TIC e a proteção de dados	Gestão de Tecnologia da Informação	Governança de TIC					
			Segurança da informação					
			Desenvolvimento					
			Infraestrutura					
			Atendimento					

MACRODESAFIOS DO PODER JUDICIÁRIO	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS PEI TRT7 2021-2026	MACROPROCESSOS DE APOIO Cadeia de Valor (Ato TRT7.GP 18/2020)	PROCESSOS AUDITÁVEIS Processos Críticos e Temas Obrigatórios (Anexo VIII da Resolução CSJT 296/2021)	ÍNDICE DE RELEVÂNCIA - IRev	ÍNDICE DE AUTOAVALIAÇÃO DE CONTROLE - IAvC	ÍNDICE DE CRITICIDADE - ICri	PONTUAÇÃO TOTAL	CLASSIFICAÇÃO
			Gestão de processos					
			Gestão de projetos					
SAGOF								
Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária Promoção da Sustentabilidade e Garantia dos Direitos Fundamentais	O.E. 9 - Aperfeiçoar a gestão orçamentária e financeira O.E. 7 - Fortalecer a Governança e a Gestão Estratégica O.E. 2 - Promover o trabalho decente e a sustentabilidade	Gestão Orçamentária, financeira e contábil	Gestão orçamentária					
			Gestão contábil					
			Gestão Financeira					
			Gestão de Folha de Pagamento					
			Estatística					
			Gestão de processos					
			Gestão de projetos					
			Gestão de riscos					
			Integridade					

Missão da SAUDI

Promover o aperfeiçoamento da gestão dos recursos públicos e da governança institucional, contribuindo para o alcance dos objetivos estratégicos do TRT7